

**ARTIGO 43º DA LEI 50/2012
DE 31 DE AGOSTO**

CONTRATO DE SOCIEDADE

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável ao sector empresarial local.
2. A sede social é em Taguspark, Edifício Ciência II, N.º 11, 3.º Piso B, freguesia de Porto Salvo, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação de delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de deliberação no país ou no estrangeiro.
3. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
2. A sociedade pode participar em outras sociedades e associar-se em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou em consórcios.

3. A Sociedade pode celebrar com os seus accionistas contratos-programa definindo pormenorizadamente o seu objecto e missão, bem como as funções de desenvolvimento económico local e regional a desempenhar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E OITO EUROS E SESENTA E SETE CÊNTIMOS, subscrito e realizado em dinheiro e em espécie.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é representado por seiscentas e quarenta e oito mil e seiscentas e trinta e três acções, no valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções.
2. As acções podem revestir forma escritural, quer na sua emissão, quer por conversão.
3. As acções serão assinadas por dois administradores, por chancela ou reprodução, por meios mecânicos ou informáticos.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, por simples deliberação do conselho de administração, com observância das normas legais aplicáveis.

ARTIGO 6.º

1. A transmissão de acções está subordinada ao consentimento da sociedade, sendo a sua concessão ou recusa competência do Conselho de Administração, com excepção do disposto no número quatro do presente artigo.
2. Em segunda linha a transmissão de acções da sociedade está subordinada a um direito de preferência do município que sobre ela detenha influência dominante.
3. A recusa do consentimento pelo Conselho de Administração, pode ser fundamentada em qualquer interesse relevante para a sociedade, sendo obrigatória no caso de o proposto adquirente ser pessoa, singular ou colectiva, de direito privado.
4. O Conselho de Administração pode optar por remeter a decisão sobre o consentimento à Assembleia-geral, que poderá decidir prestar o consentimento da Sociedade para a aquisição de acções por entidade de direito privado.
5. O prazo para a Assembleia-geral, para o Conselho de Administração da sociedade e para o município que sobre ele exerça influência dominante se pronunciarem sobre o pedido

de consentimento é de sessenta dias, sendo livre a transmissão das acções transcorrido esse prazo sem que estes se pronunciem.

6. A comunicação de preferência deve ser feita nos termos da lei civil, incluindo todos os elementos do negócio a preferir.
7. A venda feita em violação do disposto no presente artigo não é eficaz face à Sociedade e aos seus accionistas, sem prejuízo do direito da Sociedade ou do accionista que detenha uma participação dominante nesta, em intentar uma acção de preferência nos termos legais.
8. No caso de recusa de consentimento da Sociedade e de não exercício do direito de preferência por parte do município que sobre ela exerça influência dominante, a sociedade obriga-se a adquirir ou a fazer adquirir as acções nas condições de preço e pagamento que fundamentarem o pedido de consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a Sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

Os órgãos sociais são a assembleia-geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2. A cada grupo de duzentas e uma acções correspondente a um voto.
3. Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia-geral, nos termos da lei.
4. A aquisição, alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis necessita de deliberação da assembleia-geral com votos favoráveis da totalidade dos accionistas.
5. Mediante autorização da Assembleia-geral, expressa por maioria simples, a sociedade pode associar-se, pela forma que entender mais conveniente a quaisquer entidades colectivas de natureza associativa.

ARTIGO 9.º

1. A mesa da assembleia-geral será constituída por um presidente e um secretário, eleitos por um período de quatro anos, sendo reelegíveis por uma ou mais vezes.

2. A convocatória da Assembleia-geral deve ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, mediante carta registada enviada a todos os accionistas, com a antecedência mínima de vinte e um dias.

ARTIGO 10.º

1. A administração da sociedade compete a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos de três em três anos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos por um máximo de três vezes.
2. A assembleia-geral designará de entre os membros do conselho de administração um presidente, o qual terá voto de qualidade.
3. A assembleia-geral deliberará sobre a caução a prestar pelos administradores, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º

1. O conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores delegados.
2. Para a prática de actos ou categorias de actos determinados, o conselho de administração pode nomear um ou mais mandatários da sociedade.
3. Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade e a realização de todos os actos e operações relativos à execução do objecto social.
4. Os membros do Conselho de Administração celebrarão com a Sociedade, no início de cada mandato, um contrato de gestão na acepção do Decreto-lei 71/2007 de 27 de Março, definindo os objectivos e os parâmetros de avaliação do mesmo.

ARTIGO 12.º

1. O conselho de administração reunirá sempre que convocado nos termos da lei.
2. O conselho de administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.
3. Os administradores podem votar por escrito e bem assim fazer-se representar por outro administrador nas reuniões do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1. A sociedade obriga-se:
 - a. Pela assinatura do presidente do conselho de administração;



- b. Pela assinatura de um administrador-delegado nos termos e limites dos poderes que lhe tenham sido delegados;
 - c. Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.
2. Os actos e documentos de mero expediente poderão ser praticados ou assinados por um administrador.

ARTIGO 14.º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um fiscal único eleito em assembleia-geral.
2. O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
3. O mandato do fiscal único é de três anos e é renovável.

ARTIGO 15.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 16.º

Os lucros líquidos apurados no balanço anual da sociedade terão a aplicação que a assembleia-geral determinar, deduzidas as verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva, podendo não ser distribuídos.

ARTIGO 17.º

Os administradores ficam desde já autorizados, nos termos da alínea b) do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento dos montantes depositados para fazer face às despesas da Sociedade ou outras que se mostrem necessárias ao seu bom funcionamento.

ARTIGO 18.º

A alteração do contrato de sociedade, quer por modificação, supressão ou aditamento de algumas cláusulas só pode ser deliberada por uma maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 19.º

1. A dissolução da sociedade só pode ocorrer nos casos e nos termos da lei.



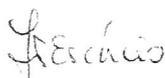
2. A deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 20.º

A liquidação da sociedade será feita por uma comissão liquidatária, cujos membros podem ser administradores, designados pela assembleia-geral nos termos da lei.

Lisboa, 08 de Junho de 2015

A Advogada-Estagiária,



C.P. n.º 36454L

INÊS ESCÓRCIO
ADVOGADA-ESTAGIÁRIA - CP 36454 L
NIF 254 565 778 - SF 1503 Cascais - 1
CORREIA, BRAZ & ASSOCIADOS - SOC. ADV., RL
Rua Artilharia Um, Emp. Nova Amoreiras, 71 - 77
Lote 7, Piso 3, Fração 10 - 1250-038 LISBOA
Telef: 212 400 001 - Fax: 212 240 9532

Lista de acionistas a 31.12.2021.xlsx

| Acionistas | Valor da participação € | % da participação |
|--|--------------------------------|--------------------------|
| Município de Oeiras | 1.835.521,60 | 56,71% |
| Município de Vila Nova de Gaia | 154.699,98 | 4,78% |
| Município de Maia | 150.199,00 | 4,64% |
| Município da Figueira da Foz | 74.850,00 | 2,31% |
| Município de Mafra | 74.850,00 | 2,31% |
| Município de Sesimbra | 74.850,00 | 2,31% |
| Município de Viseu | 69.860,00 | 2,16% |
| Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo | 54.865,05 | 1,70% |
| Município de Portimão | 24.999,90 | 0,77% |
| Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores | 24.950,00 | 0,77% |
| Associação para o Des. Baixo Guadiana (ODIANA) | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Ansião | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Bragança | 24.950,00 | 0,77% |
| Município do Carregal do Sal | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Castelo Branco | 24.950,00 | 0,77% |
| Município da Covilhã | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Ílhavo | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Lagoa | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Leiria | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Loulé | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Monchique | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Paços de Ferreira | 24.950,00 | 0,77% |
| Município da Sertã | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Vale de Cambra | 24.950,00 | 0,77% |
| Município de Vila do Conde | 24.950,00 | 0,77% |
| Associação de Mun. Vale Douro Norte | 5.997,98 | 0,19% |
| Município de Albergaria-a-Velha | 5.009,96 | 0,15% |
| Município de Ponte da Barca | 5.009,96 | 0,15% |
| Associação de Mun. Douro Superior (AMDS) | 4.999,98 | 0,15% |
| Associação de Mun. PEFICA | 4.999,98 | 0,15% |
| Município do Fundão | 4.999,98 | 0,15% |
| Município de Sintra | 4.999,98 | 0,15% |

Lista de acionistas a 31.12.2021.xlsx

| Acionistas | Valor da participação € | % da participação |
|---|-------------------------|-------------------|
| Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central | 4.990,00 | 0,15% |
| Município de São João da Madeira | 4.990,00 | 0,15% |
| Município de Aguiar Beira | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Arganil | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Barcelos | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Boticas | 9.970,02 | 0,31% |
| Município de Cabeceiras de Basto | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Góis | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Gouveia | 4.985,01 | 0,15% |
| Município da Guarda | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Idanha-a-Nova | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Lamego | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Mangualde | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Mourão | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Olhão | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Oliveira do Hospital | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Paredes | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Penacova | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Penamacor | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Ponta Delgada | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Portalegre | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Santa Marta Penaguião | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Santiago do Cacém | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de São Pedro do Sul | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Sernancelhe | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Sines | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Trofa | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Vieira do Minho | 4.985,01 | 0,15% |
| Município de Vila Nova de Poiares | 4.985,01 | 0,15% |
| Ações Próprias | 137.205,04 | 4,22% |
| Totais | 3.236.678,67 | 100% |

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO – Presidente do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Jornalismo, pela Escola Superior de Meios de Comunicação Social

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Presidente do Conselho de Administração da Municípia (desde 2013)

Adjunto da Vereação IOMAF - CMO - (2010/12)

Consultor de Estratégia na empresa de comunicação YMED (2005-2009)

Diretor Coordenador da Agencia de Notícias LUSA (2003)

Membro da Administração da EPA (European PressPhoto Association" (2002/2003)

Diretor de Informação da Agencia LUSA (2002/2003)

Diretor-Adjunto de Informação da Agencia LUSA (1997/2002)

Chefe da Delegação da LUSA na Assembleia da República (1996/1997)

Chefe da Editoria "País" na LUSA (1994/1996)

Redator e Editor nas Agencias noticiosas NP e ANOP (1979/1984)

Coordenador de Suplementos noticiosos nos jornais "O Globo" e "A Tarde (1981/1982)

Repórter radiofónico na RDP1 e RDP Internacional (1980)

Cofundador de Boletins noticiosos "Africa Confidencial" e "Africa Focus"

Assessor do Presidente da CMO (Isaltino Morais)

Assessor do Secretário de Estado da Juventude e Desportos (2.º Governo Constitucional)

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

RUI MANOEL DA GRAÇA COIAS – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

12.º ano;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Procurador Seamaster Shipping Agency Inc

Procurador RMC Shipping Company Limited

Presidente do Conselho de Administração da Contramar – Companhia de Transportes Marítimos, S.A.

Sócio Gerente da Seamaster-Agentes de Navegação Lda

Empresário-Armador da Marinha Marcante

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

JOÃO PEDRO TEIXEIRA BRITO DA SILVA – Administrador não Executivo do Conselho de Administração

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós Graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais – ISLA Vila Nova de Gaia.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E CARGOS DESEMPENHADOS EM EMPRESAS

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados em 1985, atualmente com inscrição suspensa a seu pedido.

Técnico Superior Jurista na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Assessor e Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Chefe do Contencioso da Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

Consultor Jurídico do Conselho da Administração do Porto de Lisboa.

Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Assessor Jurídico do Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Assessor e Assessor Principal do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República.

Assessor Jurídico do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Consultor Jurídico da Câmara Municipal da Trofa.

Assessor Jurista do Conselho de Administração da Águas de Gaia, S.A.

Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Vice-Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural de Belém, SGIL, S.A.

Vice-Presidente da Assembleia Geral da Dragapor, S.A.

Secretário da Mesa de Assembleia Geral da Gaiapolis, S.A.

Administrador (não executivo) da Municípa, S.A.

Administrador (não executivo) da Trofáguas, E.M.

Administrador (não executivo) do Parque Biológico, E.M.

Administrador (não executivo) da Gaiurb, E.M.

Administrador (não executivo) da Águas e Parque Biológico de Gaia, E.E.M.

Informação sobre identidade e montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais:

c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva

d) Remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada membro dos órgãos sociais;

- Dr. Fernando do Nascimento Trigo – auferir mensalmente a remuneração de 2.900,16 € mais despesas de representação no valor de 580,03 €;
- Dr. Rui Manoel da Graça Cóias – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dr. João Pedro Teixeira Brito da Silva – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;

e) Número de trabalhadores desagregado segundo a modalidade de vinculação a 31/12/2021;

46 Trabalhadores dos quais:

- 27 contratos s/ termo;
- 2 contratos de cedência de interesse público;
- 5 contratos a termo certo;
- 12 contratos a termo incerto.

PLANO DE ATIVIDADES

E

ORÇAMENTO 2022



Municipal



localização é valor!

| ÍNDICE | Pág. |
|--|------|
| 1 – ORGÃOS SOCIAIS | 2 |
| 2 – INTRODUÇÃO | 3 |
| 3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO | 5 |
| 3.1 - DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO | 5 |
| 3.2 – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS | 6 |
| 3.3 – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS | 9 |
| 3.4 – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL | 12 |
| 4 - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022 | 18 |
| 5 – PLANO DE INVESTIMENTOS | 25 |
| 6 – PLANO DE FORMAÇÃO | 26 |
| 7 - ORÇAMENTO PARA 2022 | 27 |
| 8 - ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2022 | 31 |
| 9 - ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2022, 2023 E 2024 | 32 |

1 - ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|---|-----------------------------|
| Dr. Luis Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos | Presidente da Mesa |
| Dr. Fernando do Nascimento Trigo | Presidente Executivo |
| Dr. Rui Manoel da Graça Coias | Administrador não executivo |
| Dr. João Pedro Brito da Silva | Administrador não executivo |

FISCAL ÚNICO

| | |
|------------------------------|-----------------|
| Dr. Joaquim dos Santos Silva | Membro Efetivo |
| Dr. José Joaquim Afonso Diz | Membro Suplente |
| Diz & Associados, SROC, Lda | SROC nº 118 |

2 - INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

Ultrapassados 2 anos muito difíceis, onde a COVID condicionou substancialmente a nossa atividade, é o momento de olhar para o futuro com otimismo. Durante esse período, foi possível preparar diferentes produtos para apresentar ao mercado, baseados em processos integralmente digitais para servir os nossos habituais clientes. Foi possível também preparar o UniquePATHS dirigido aos consumidores finais, sem deixar de valorizar o território dos nossos clientes tradicionais. Aproveitámos para atualizar o nosso processo produtivo, baseado numa tecnologia mais robusta, que facilita a integração da cartografia em ambientes de sistemas de informação geográfica e em conformidade com as normas da DGT.

A capacidade de melhoria contínua dos nossos processos e tecnologias associadas foi sempre o que nos distinguiu e garante não só a nossa competitividade assim como o posicionamento inovador face aos desafios tecnológicos exigentes.

O projeto CONNECT® apresenta-se para 2022 como um projeto de sucesso comercial e financeiro, que tem atualmente mais de uma centena de aderentes, facilitando e agilizando processos de contratação a muitas entidades públicas. A CONNECT® é um projeto inovador, de serviço público, criado para potenciar a economia de escala a favor dos municípios.

Um exemplo ilustrativo da potencialidade da CONNECT® é o Acordo Quadro já disponibilizado para os combustíveis, onde temos os preços mais baixos do mercado

Nesta categoria, 18 municípios já compraram combustível mais barato na central CONNECT®.

Seguramente os restantes 288 municípios estarão a considerar comprar combustível à CONNECT®.

Para 2022, ficarão disponíveis mais Acordos Quadro, por exemplo na área de segurança e vigilância, seguros, parquímetros, entre outros, que permitem oferecer a todas as entidades adjudicantes deste país, uma vasta oferta de produtos e serviços, distribuídos por 20 Acordos Quadro, aproximadamente.

Nas atividades "core" da Município, destacam-se um conjunto de propostas internacionais apresentadas no ano de 2021, que poderão materializar-se em 2022.

A nível nacional, como consequência das eleições autárquicas surgirão novas oportunidades para colocar os produtos tradicionais da Município, cuja credibilidade vem sendo reforçada ao longo dos últimos 22 anos de história.

Para o futuro, continuaremos a ser disruptivos, com investimentos tecnológicos cirúrgicos e adequados à realidade do nosso território e não baseados na moda ou nas tendências do mercado.

Esperam-se para 2022 a introdução de novas tecnologias na captura de dados, capazes de acelerar a produção de conteúdos de forma mais económica.

Oeiras, 29 de setembro de 2021

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

4

3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO

3.1. – DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O plano de atividades para 2022 dá continuidade aos projetos que se encontram em execução em 2021, que essencialmente constam de projetos de cartografia e um projeto de Sistema de Informação Cadastral Simplificada.

Para 2022 e relativamente ao contexto nacional serão desenvolvidos esforços no sentido de responder a projetos de produção de cartografia para suporte aos planos diretores municipais e planos de pormenor. A área do cadastro simplificado será uma aposta para o próximo ano, igualmente.

Relativamente ao mercado Internacional e depois da execução dos projetos de Cadastro Predial da Ilha de São Vicente, e do projeto RDUAT's (Regularização dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra) em Nampula, continuamos com perseverança e otimismo, no sentido de continuar a apostar nalguns países, como Moçambique, Marrocos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A expectativa é de que estes projetos possam contribuir para continuar o sucesso desta Direção em 2022 e em 2023, já que temos a perspetiva de contratar 1.666.561 euros em 2022.

A estratégia Internacional direciona-se para os seguintes mercados: Moçambique, Marrocos e São Tomé e Príncipe nas áreas da aquisição de dados geográficos e cadastro.

5

3.2. – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

A Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) é a unidade orgânica da Município, executa as atividades relacionadas com infraestruturas desde levantamentos topográficos, sondagens e deteções de infraestruturas de subsolo, cadastro de infraestruturas de redes em ambiente SIG e CAD 3D, serviços de expropriações e servidões em projetos de infraestruturas. O plano de atividades aqui apresentado foi desenhado tendo por base a evolução do mercado nacional nos segmentos de negócio que esta direção tem como competências.



6

A abrangência destas atividades e especificidade dos recursos existentes permite que a Município desenvolva um serviço de cadastro de infraestruturas de pormenor com elevada precisão, com vários outputs de informação (CAD 2 e 3D, vídeo, SIG, materialização em campo, ...) adequada às mais variadas necessidades dos seus clientes nomeadamente acompanhamento de obra, apoio ao projeto de requalificação de infraestruturas e correção de problemas ambientais, desenvolvimento de sistemas informação geográfico com elevada componente de caracterização técnica infraestrutural e operacional.

Esta aposta da Município é totalmente diferenciadora dos serviços prestados pela sua concorrência, pois permite chegar a outras tipologias de clientes não tradicionais de cadastro de infraestruturas, diversificando assim o nosso mercado de ação para não ficar dependente somente das entidades gestoras.

Para o triénio de 2022/24 perspetiva-se a continuidade das atividades da DEI com uma estimativa de angariação de 574.300 euros de contratos, repartidos essencialmente entre as atividades cadastro infraestruturas e expropriações.

No âmbito do Cadastro de infraestruturas destaca-se os projetos multi-infraestruturas para entidades ligadas ao projeto e execução de obra de reabilitação/requalificação e entidades ligadas à gestão do espaço urbano, como os municípios e às entidades gestoras de infraestruturas. Estes projetos incluem o levantamento exaustivo com sondagens e prospeção do subsolo com técnicas invasivas e não invasivas abrangendo todas as tipologias de redes como eletricidade, gás, telecomunicações, infraestruturas técnicas (galerias e canal técnico), combustíveis, água, drenagens, etc. Esta aposta de alargamento do leque de serviços está relacionado com o incremento de competências técnicas que a Município adquiriu ao longo de 2019 e 2020.

No âmbito de projetos relacionados com serviços de expropriações e servidões a Município prevê manter um volume de negócios semelhante aos anos anteriores mas com

7

a estratégia a apontar essencialmente a clientes ligados a grandes obras de infraestruturas como ferrovia, rodovia e linhas de transporte de energia, pois é nesta dimensão que é possível sustentar uma estrutura de equipa experiente e consolidada como a da Município.

8

3.3. – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

A Direção de Novos Negócios (DNN) continuará em 2022 a seguir uma estratégia de identificação de novas oportunidades e desenvolvimento de negócios que envolvam a aplicação de Tecnologias de Informação Geográfica.

Numa conjuntura em que Portugal começa a preparar a saída da pandemia e que entra em funcionamento o Plano de Recuperação e Resiliência do país, a Município terá um papel fundamental no cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, tanto na dimensão da transição digital, como no combate às alterações climáticas ou na coesão territorial. Nesse âmbito, esperam-se diversas participações desta Direção no suporte a Entidades que procuram ser mais digitais, sustentáveis e coesas, beneficiando do conhecimento do território, centralização da informação e partilha de serviços que colocamos à disposição.

Em consequência, perspetiva-se um período de réplica da disrupção causada pela Município nas autarquias em matéria de transformação digital. Muitos municípios beneficiarão da transferência de conhecimento e tecnologia resultante dos 20 anos de investimento feito em meios e equipas altamente qualificadas. E a esta Direção será exigida flexibilidade, presença e acompanhamento de tendências, para que o suporte Município em cada cliente seja customizado à estratégia definida.

Ocupando as autarquias uma parte significativa do mercado em que nos posicionamos, também as eleições de 2021 influenciarão a macro envolvente, significando o reiniciar de um ciclo de gestão pública local, com novas estratégias, planos e projetos, a que se juntam as ações iniciadas em mandatos anteriores que requerem continuidade e sustentabilidade.

As soluções Município, totalmente focadas na gestão eficaz do território, acompanharão a gestão operacional das autarquias sem interrupções, sendo ao mesmo tempo dinâmicas e adaptáveis aos novos desenhos dos executivos. Neste contexto, perspetiva-se um longo

9

período de identificação de necessidades e a materialização das novas ideias em robustas Infraestruturas de Dados Espaciais.

Como projeto bandeira desta Direção, a plataforma uniquePATHS, desenvolvida durante o ano de 2021 com o suporte da linha de apoio à sustentabilidade do Turismo de Portugal, conhecerá uma nova fase, uma fase de atração massiva de pessoas locais, ávidas de transmitir o seu conhecimento e conseguir uma nova fonte de rendimento. A uniquePATHS, já disponível em www.uniquepaths.eu, junta visitantes, interessados em experiências autênticas, com profundos conhecedores do território e, surge do nosso envolvimento no desafio de dinamização territorial.

Em matéria de serviços maduros geridos pela DNN, o investimento realizado na estrutura comercial permitirá manter a tendência de crescimento para 2022, apesar da conjuntura dos últimos 2 anos.

O serviço de gestão de frotas, colocado em regime de exclusividade pela Município para todos os clientes públicos, continuará a ganhar escala e volume de negócios, prevendo-se para 2022 que a cifra ultrapasse as 3.700 viaturas monitorizadas.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT³, com 114 aderentes, continuará em ascensão para 2022. Após uma adesão massiva dos Municípios seguiram-se as Juntas de Freguesia, Empresas Municipais, Associações de Desenvolvimento, Institutos Politécnicos, Associações Culturais e Recreativas, e para 2022, tanto na área da educação como na ação social, esperam-se muitos novos aderentes que procurem agilizar os seus procedimentos de contratação pública e obter os melhores preços.

Relativamente às categorias disponíveis, os anos de 2022 e 2023 ficarão marcados por um aumento da comercialização de autocarros, fruto das ferramentas de agilização colocadas à disposição pela CONNECT³. Tendo em conta as manifestações de interesse já recebidas, perspetiva-se que os Acordos de Quadro respetivos venham a ocupar o lugar de destaque em termos de volume de negócios da Central.

10

Este incremento de vendas é igualmente suportado na estratégia de financiamento do POSEUR, que atribui apoios consideráveis para a aquisição de soluções "verdes", leia-se 100% elétricas ou na modalidade de hidrogénio, como foi o caso recente do Município de Cascais, com a aquisição de duas viaturas a Hidrogénio.

A CONNECT³ continuará a apostar em Acordos Quadro de energia elétrica e combustíveis a preços muito competitivos, sem deixar de trazer para o seu portfólio produtos e serviços que beneficiem os seus aderentes, quer pelo preço, quer pelas soluções inovadoras. Novas categorias estão já em fase de estudo pela equipa CONNECT³, como a Segurança e Vigilância, os Parquímetros e Seguros.

Continuaremos a proporcionar compras tendencialmente ecológicas aos nossos aderentes, sempre focados na simplificação e desburocratização dos processos aquisitivos, e a atrair mais aderentes, gerando, com essa ação, um incremento de escala em benefício de todos.

Relativamente a novas oportunidades, tanto no mercado nacional como em mercados internacionais, a Direção manterá o foco na missão da empresa, de "suportar os nossos clientes com know-how e Tecnologias de Informação Geográfica que permitam elevar as áreas técnicas, operacionais e organizacionais a níveis eficazes de gestão, onde a localização é o ponto-chave."

A comunicação e a promoção das atividades Município continuará a ser realizada por esta Direção, alicerçando-se nos valores de confiança, responsabilidade, qualidade e sustentabilidade que caracterizam a nossa ação.

11

3.4. – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O plano de atividades da Direção de Inteligência Espacial (DIE), prevê, para 2022, uma dotação de cerca de 550.000 euros sendo repartido em cerca de 13% de ações em curso e 87% de ações novas.

Nas ações em curso, destacam-se os projetos de Revisão PMDFCI de Vila de Rei, a Publicação "Atlas de Setúbal", bem como os projectos de Manutenção e Alojamento da plataforma munWebGIS e a sua migração para a nova plataforma CityHub.

No domínio do desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, o ano será marcado pela maturidade da plataforma CityHub e o seu progressivo desenvolvimento a partir da plataforma munWebGIS, com destaque para a sua disponibilização em plataformas móveis e a reestruturação da arquitetura tecnológica, bem como na experiência de utilização, que permita uma maior versatilidade na implementação de alterações solicitadas pelos clientes. Em anos anteriores esta nova plataforma já foi implementada em Oeiras, Cadaval, Valpaços e todos os Municípios da CIMTTM, pelo que no próximo ano deverá promover-se esta arquitetura nos clientes onde temos aplicações instaladas e em novas oportunidades, como sejam, Vale de Cambra e Proença-a-Nova.

Estas oportunidades enquadram-se na rubrica "Desenvolvimento" com uma dotação prevista de 125.000 euros.

Na rubrica "Consultoria, Planos, Formação e Detecção Remota" o ano de 2022 tem uma dotação prevista de cerca de 350.000 euros com destaque para os projetos de Videografia, de Consultoria em Oeiras e em Infraestruturas de Dados Espaciais, baseadas em plataformas Open Source, havendo um esforço comercial nesse sentido com oportunidades em Resende e Mourão.

Em termos de Detecção Remota, continua igualmente a previsão de rentabilização do conhecimento adquirido em projetos desta natureza, nomeadamente no âmbito agrícola e

12

florestal.

Relativamente aos planos a estratégia passará por divulgar os nossos serviços junto dos municípios cujos PMDFCI e PMEPC terão que ser revistos em breve, uma vez que existe essa obrigatoriedade legal, bem como a aposta na elaboração de publicações, tendo em conta o manancial de informação disponível decorrente dos Censos 2021.

Quanto à formação, a DIE tentará a criar um curso de conversão de cartografia para o novo modelo da DGT e a sua manipulação através do QGIS, aproveitando o PlugIn que desenvolvemos para a DCC durante este ano e o conhecimento adquirido nos nossos projetos de cartografia.

A DIE continuará a desenvolver aplicações específicas que dêem resposta às necessidades das restantes direções, participando em termos de desenvolvimento e consultoria no domínio das soluções técnicas (hardware, software e comunicações) a implementar na concretização dos projetos, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas de apoio ao novo modelo cartográfico da DGT baseado em Base de Dados geográfica.

Adicionalmente a DIE irá continuar a centralizar as aquisições em termos de hardware e de software, exceptuando os produtos de índole bastante específica. Deste modo, pretende-se facilitar o controlo das aquisições e manutenções pelas diversas divisões.

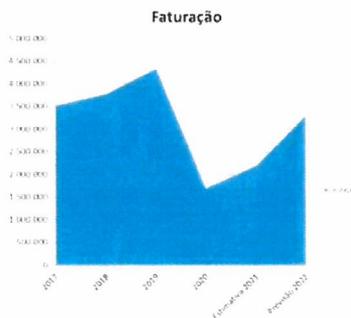
Por outro lado, a DIE continuará a garantir diariamente o perfeito funcionamento de toda a infraestrutura da Município no que diz respeito a hardware, software e redes de comunicações. Neste particular assume especial importância a manutenção dos servidores de dados, de internet, de rede e de impressão e de SAP, onde assenta todo o trabalho da empresa.

13

Evolução da Faturação em 2017-2022

Unidade: Euros

| Exercícios | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Estimativa 2021 | Previsão 2022 |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|---------------|
| Faturação | 3 523 858 | 3 772 485 | 4 339 529 | 1 702 183 | 2 200 000 | 3 311 618 |
| Varição | --- | 7% | 15% | -61% | 29% | 51% |



14

Ações Previstas em Plano 2021

Unidade: Euro

| Direções | Ações em Curso | | Novas Ações | | TOTAL | |
|------------------------------|----------------|------------|------------------|------------|------------------|-------------|
| | Euros | % | Euros | % | Euros | % |
| Cartografia e Cadastro | 301.561 | 18% | 1.365.000 | 82% | 1.666.561 | 50,3% |
| Engenharia e Infraestruturas | 0 | 0% | 374.300 | 100% | 374.300 | 11,3% |
| Novos Negócios | 405.407 | 56% | 313.700 | 44% | 719.107 | 21,7% |
| Inteligência Espacial | 73.950 | 13% | 477.700 | 87% | 551.650 | 16,7% |
| TOTAL | 780.918 | 24% | 2.530.700 | 76% | 3.311.618 | 100% |

15

Quadro de evolução dos Planos de Atividades 2020 a 2022

Evolução das Ações em Curso

Unidade: Euros

| Direções | 2020 | 2021 | V% | 2022 | V% |
|------------------------------|------------------|------------------|-------------|----------------|-------------|
| Cartografia e Cadastro | 1.023.570 | 725.412 | -29% | 301.561 | -58% |
| Engenharia e Infraestruturas | 376.041 | 46.752 | -88% | 0 | 100% |
| Novos Negócios | 432.733 | 387.507 | -10% | 405.407 | 5% |
| Inteligência Espacial | 240.355 | 125.857 | -48% | 73.950 | -41% |
| TOTAL | 2.072.699 | 1.285.528 | -38% | 780.918 | -39% |

Evolução das Ações Novas

Unidade: Euros

| Direções | 2020 | 2021 | V% | 2022 | V% |
|------------------------------|------------------|------------------|------------|------------------|------------|
| Cartografia e Cadastro | 715.000 | 918.435 | 28% | 1.365.000 | 49% |
| Engenharia e Infraestruturas | 98.000 | 355.000 | 262% | 374.300 | 5% |
| Novos Negócios | 259.000 | 285.000 | 10% | 313.700 | 10% |
| Inteligência Espacial | 305.000 | 424.500 | 39% | 477.700 | 13% |
| TOTAL | 1.377.000 | 1.982.935 | 44% | 2.530.700 | 28% |

16

Evolução do Total do Plano de Atividades (2020 – 2022)

Unidade: Euros

| Direções | 2020 | 2021 | V% | 2022 | V% |
|------------------------------|------------------|------------------|------------|------------------|-----------|
| Cartografia e Cadastro | 1.738.570 | 1.643.847 | -5% | 1.666.561 | 1% |
| Engenharia e Infraestruturas | 474.041 | 401.752 | -15% | 374.300 | -7% |
| Novos Negócios | 691.733 | 672.507 | -2% | 719.107 | 7% |
| Inteligência Espacial | 545.355 | 550.357 | 1% | 551.650 | 0% |
| TOTAL | 3.449.699 | 3.268.463 | -5% | 3.311.618 | 1% |

Grau de Execução do Plano de Atividades (2017 – 2022)

| Exercícios | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Estimativa 2021 | 2022 |
|---------------------|------|------|------|------|-----------------|------|
| Grau de Execução PA | 97% | 134% | 71% | 75% | 67% | NA |

17

4 – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Unidade: Euro

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| AÇÕES EM CURSO | | | | | |
| Cartografia e Cadastro | | | | | |
| na | Produção de cartografia vetorial às escalas 1:2.000 e 1:10.000 | 233.002 | 191.727 | 41.275 | 0 |
| na | Sistema de Informação Cadastral Simplificada do Município | 520.572 | 65.072 | 260.286 | 195.215 |
| Subtotal | | 753.574 | 256.799 | 301.561 | 195.215 |
| Total de Ações em Curso | | 753.574 | 256.799 | 301.561 | 195.215 |

18

Unidade: Euro

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| AÇÕES NOVAS | | | | | |
| Cartografia, Ortos, Fotografia Aérea, Lidar, Cadastro | | | | | |
| na | Coberturas aéreas | 245.000 | 0 | 245.000 | 0 |
| na | Outros projetos de cartografia e cadastro | 370.000 | 0 | 370.000 | 0 |
| na | Projetos internacionais | 750.000 | 0 | 750.000 | 0 |
| Subtotal | | 1.365.000 | 0 | 1.365.000 | 0 |
| Total de Ações Novas | | 1.365.000 | 0 | 1.365.000 | 0 |
| TOTAL DCC | | 2.118.574 | 256.799 | 1.666.561 | 195.215 |

19

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Unidade: Euro

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--|--|----------------|----------|----------------|----------------|
| AÇÕES EM CURSO | | | | | |
| Cadastro | | | | | |
| na | Cadastro Infraestruturas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Subtotal | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total de Ações em Curso | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
| AÇÕES NOVAS | | | | | |
| Cadastro de Infraestruturas | | | | | |
| na | Cadastro de Infraestruturas | 486.000 | 0 | 286.000 | 200.000 |
| Subtotal | | 486.000 | 0 | 286.000 | 200.000 |
| Serviços de Expropriações | | | | | |
| na | Projetos de Expropriações e servidões | 73.300 | 0 | 73.300 | 0 |
| Subtotal | | 73.300 | 0 | 73.300 | 0 |
| Serviços de Eficiência Energética | | | | | |
| na | Serviços pontuais de topografia e deteção de infraestruturas | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| Subtotal | | 15.000 | 0 | 15.000 | 0 |
| Total de Ações Novas | | 574.300 | 0 | 374.300 | 200.000 |
| TOTAL DEI | | 574.300 | 0 | 374.300 | 200.000 |

20

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

Unidade: Euro

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--------------------------------|-------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| AÇÕES EM CURSO | | | | | |
| Gestão de Frotas | | | | | |
| P/05590 | Gestão de Frotas - 2018 | 2.700 | 0 | 1.613 | 1.087 |
| P/05800 | Gestão de Frotas - 2019 | 139.494 | 93.670 | 45.201 | 623 |
| p/06000 | Gestão de Frotas - 2020 | 415.844 | 186.022 | 165.867 | 63.955 |
| p/06210 | Gestão de Frotas - 2021 | 231.701 | 76.494 | 86.426 | 68.781 |
| Subtotal | | 789.739 | 356.186 | 299.107 | 134.446 |
| Connect | | | | | |
| P/06121 | CONNECT 2019-2021 | 214.575 | 73.210 | 106.300 | 35.065 |
| Subtotal | | 214.575 | 73.210 | 106.300 | 35.065 |
| Total de Ações em Curso | | 1.004.314 | 429.396 | 405.407 | 169.511 |

21

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

Unidade: Euro

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| AÇÕES NOVAS | | | | | |
| Gestão de Frotas | | | | | |
| na | Renovações | 598.975 | 0 | 190.000 | 408.975 |
| na | Ação Comercial | 157.625 | 0 | 50.000 | 107.625 |
| Subtotal | | 756.600 | 0 | 240.000 | 516.600 |
| CONNECT | | | | | |
| na | CONNECT 2022 | 392.544 | 0 | 68.700 | 323.844 |
| Subtotal | | 392.544 | 0 | 68.700 | 323.844 |
| uniquePATHS Pediguias e Pedirotas | | | | | |
| na | Pedirotas | 5.000 | 0 | 5.000 | 0 |
| Subtotal | | 5.000 | 0 | 5.000 | 0 |
| Total de Ações Novas | | 1.154.144 | 0 | 313.700 | 840.444 |
| TOTAL DNN | | 2.158.458 | 429.396 | 719.107 | 1.009.955 |

22

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--------------------------------|---|---------------|---------------|----------------|-----------|
| AÇÕES EM CURSO | | | | | |
| Desenvolvimento | | | | | |
| P/05232 | Cartografia de Risco | 9.500 | 8.550 | 950 | 0 |
| P/05939 | Revisão PMDFCI | 12.000 | 9.000 | 3.000 | 0 |
| P/05858 | Atlas de Setúbal - Publicação | 40.000 | 0 | 40.000 | 0 |
| na | Alojamento e Manutenção munWebGIS / CityHUB | 30.000 | 0 | 30.000 | 0 |
| Subtotal | | 91.500 | 17.550 | 73.950 | 0 |
| Total de Ações em Curso | | 91.500 | 17.550 | 73.950 | 0 |

23

| PRJ.N. | DESCRIÇÃO | ESTIMATIVA | FATURADO | A FATURAR 2022 | A DEFINIR |
|--|---|------------------|---------------|-------------------|----------------|
| AÇÕES NOVAS | | | | | |
| Desenvolvimento | | | | | |
| na | Aplicações Web/SIG | 175.000 | 0 | 75.000 | 100.000 |
| na | Aplicações Cityhub | 185.000 | 0 | 50.000 | 135.000 |
| Subtotal | | 360.000 | 0 | 125.000 | 235.000 |
| Consultoria / Planos / Detecção Remota / Formação | | | | | |
| na | Harmonização BD | 25.200 | 0 | 25.200 | 0 |
| na | Levantamento de Mobile Mapping da Rede Viária | 74.250 | 0 | 74.250 | 0 |
| na | Implementação do sist. de informação geográfica | 18.250 | 0 | 18.250 | 0 |
| na | Consultoria IDE | 90.000 | 0 | 30.000 | 60.000 |
| na | Estudo Diagnóstico DAQV | 25.000 | 0 | 25.000 | 0 |
| na | Videografia | 250.000 | 0 | 100.000 | 150.000 |
| na | Detecção Remota | 45.000 | 0 | 15.000 | 30.000 |
| na | Formação | 60.000 | 0 | 15.000 | 45.000 |
| na | Estudos | 185.000 | 0 | 50.000 | 135.000 |
| Subtotal | | 772.700 | 0 | 352.700 | 420.000 |
| Total das Ações Novas | | 1.132.700 | 0 | 477.700 | 655.000 |
| Total da DIE | | 1.224.200 | 17.550 | 551.650 | 655.000 |

24

5 - PLANO DE INVESTIMENTOS

Plano de Investimentos de 2022 a 2024

Unidade: Euro

| Descrição | Exercícios | | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 |
| Hardware / Equipamento / Software | 150.000 | 40.000 | 40.000 |
| Investimento Total | 150.000 | 40.000 | 40.000 |

Os investimentos aqui previstos terão fontes de financiamento suportadas em capital alheio e capital próprio, em função dos recursos existentes e da tipologia de investimento a materializar.

25

6 - PLANO DE FORMAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO - HORAS PREVISTAS

| DIREÇÃO | HORAS |
|---|--------------|
| Direção de Cadastro e Cartografia | 329 |
| Direção de Novos Negócios | 75 |
| Direção de Engenharia e Infraestruturas | 0 |
| Direção de Inteligência Espacial | 750 |
| Direção Administrativa e Financeira | 152 |
| TOTAL DE HORAS PREVISTAS | 1.306 |

26

7 - ORÇAMENTO PARA 2022

Previsão de Resultados 2022

Unidade: Euro

| Ganhos de Exploração | | % dos Ganhos |
|--|------------------|----------------|
| Prestação de Serviços | 3.311.618 | 99,25% |
| Outros Ganhos | 25.000 | 0,75% |
| TOTAL DE GANHOS | 3.336.618 | 100,00% |
| Gastos de Exploração | | % dos Gastos |
| Subcontratos e Tarefeiros | 1.250.000 | 76,69% |
| Trabalhos Especializados | 45.000 | 2,76% |
| Publicidade e Propaganda | 5.000 | 0,31% |
| Conservação e reparação | 160.000 | 9,82% |
| Ferramentas e Utensílios | 10.000 | 0,61% |
| Livros e Documentação Técnica | 5.300 | 0,33% |
| Material de Escritório | 6.000 | 0,37% |
| Eletricidade | 14.000 | 0,86% |
| Combustível | 50.000 | 3,07% |
| Água | 740 | 0,05% |
| Deslocações e Estadas | 10.000 | 0,61% |
| Rendças e Aluguers | 5.000 | 0,31% |
| Comunicações | 20.000 | 1,23% |
| Seguros | 23.000 | 1,41% |
| Contencioso e Notariado | 2.000 | 0,12% |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 7.000 | 0,43% |
| IUC, Imposto de Selo, taxas e outros | 17.000 | 1,04% |
| TOTAL DOS CUSTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS | 1.630.040 | 49,26% |
| TOTAL GASTOS COM PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO | 1.469.000 | 44,39% |
| TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS | 60.000 | 1,81% |
| TOTAL DE AMORTIZAÇÕES | 150.000 | 4,53% |
| TOTAL DE GASTOS | 3.309.040 | 100,00% |
| Resultados | 27.578 | |

27

Quadro Síntese Previsional 2022

| Rubricas | Peso na faturação (por natureza de ganhos) | Euros |
|-------------------------------------|---|---------------|
| Total de Ganhos | | 3.336.618 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 48,85% | -1.630.040 |
| Gastos com Pessoal e Órgãos Sociais | 44,03% | -1.469.000 |
| Gastos Financeiros | 1,80% | -60.000 |
| Amortizações | 4,50% | -150.000 |
| Resultados Antes Impostos | | 27.578 |

28

Detalhe do orçamento de gastos para 2022

Unidade: Euro

| Classes de gastos | Orçamento 2021 | Orçamento 2022 | Variação em | |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------------------|
| | | | % 2021 / 2022 | Valor Absoluto 2021 / 2022 |
| Subcontratos + Tarefeiros | 1.400.000 | 1.250.000 | -11% | -150.000 |
| Trabalhos Especializados | 70.000 | 45.000 | -36% | -25.000 |
| Publicidade e Propaganda | 5.000 | 5.000 | 0% | 0 |
| Conservação e reparação | 160.000 | 160.000 | 0% | 0 |
| Ferramentas e Utensílios | 11.000 | 10.000 | -9% | -1.000 |
| Livros e Documentação Técnica | 5.300 | 5.300 | 0% | 0 |
| Material de Escritório | 7.000 | 6.000 | -14% | -1.000 |
| Electricidade | 16.000 | 14.000 | -13% | -2.000 |
| Combustível | 50.000 | 50.000 | 0% | 0 |
| Água | 740 | 740 | 0% | 0 |
| Deslocações e Estadas | 12.000 | 10.000 | -17% | -2.000 |
| Rendas e Aluguers | 5.000 | 5.000 | 0% | 0 |
| Comunicações | 20.000 | 20.000 | 0% | 0 |
| Seguros | 23.000 | 23.000 | 0% | 0 |
| Contencioso e Notariado | 2.000 | 2.000 | 0% | 0 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 7.000 | 7.000 | 0% | 0 |
| Gastos com Pessoal | 1.220.000 | 1.469.000 | 20% | 249.000 |
| Amortizações | 190.000 | 150.000 | -21% | -40.000 |
| Impostos, Quotas, IM, IUC, Imp. Selo e Incobráveis | 17.000 | 17.000 | 0% | 0 |
| Juros e outros gastos | 50.000 | 60.000 | 20% | 10.000 |
| TOTAL | 3.271.040 | 3.309.040 | 1% | 38.000 |

29

A rubrica onde se assinala uma variação mais significativa é a de gastos com pessoal e está relacionada com a necessidade de contratação de 12 pessoas para colaborar especificamente no projeto do cadastro simplificado de Coimbra, pelo período de 24 meses, bem como de um comercial para reforço da equipa.

30

B – ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2022

ORÇAMENTO DE TESOURARIA

Unidade: Euros

| RUBRICAS | SALDO INICIAL | Ano 2022 | | | |
|--|---------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | 1º T | 2º T | 3º T | 4º T |
| 1. Recebimentos de exploração | | | | | |
| Cientes | | 900.000 | 850.000 | 850.000 | 950.000 |
| Outros recebimentos | | 5.596 | 5.596 | 5.596 | 5.596 |
| Sub-total (1) | | 905.596 | 855.596 | 855.596 | 955.596 |
| 2. Pagamentos de exploração | | | | | |
| Fornecedores | | (450.000) | (480.000) | (480.000) | (590.000) |
| Remunerações + Segurança Social + outros | | (300.000) | (434.500) | (300.000) | (434.500) |
| Impostos | | (100.000) | (100.000) | (100.000) | (100.000) |
| Caixa e diversos | | (5.500) | (5.500) | (5.500) | (5.500) |
| Juros e despesas bancárias | | (15.000) | (15.000) | (15.000) | (15.000) |
| Sub-total (2) | | (870.500) | (1.035.000) | (900.500) | (1.145.000) |
| 3. Operações de capital | | | | | |
| SEL (Le 53 F/2006 29/12/2006 e 2010 e Le 50/2012 31/8/2011 e 2013) | | 125.000 | 125.000 | 125.000 | 125.000 |
| Financiamentos | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Amortização de Financiamentos | | (30.000) | (30.000) | (30.000) | (30.000) |
| Leasings (amort. capital) | | (1.549) | (1.551) | (1.554) | (1.557) |
| Sub-total (3) | | 93.451 | 93.449 | 93.446 | 93.443 |
| SALDO DE TESOURARIA | 2.000 | 130.547 | (85.956) | 48.541 | (95.961) |
| 4. Conta Corrente Caucionada | 140.000 | 9.453 | 95.408 | 46.867 | 142.828 |
| 5. Aplicação de excedente | | | | | |

31

9 – ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2022, 2023 E 2024

ORÇAMENTO 2022

Unidade: Euros

| Ganhos de Exploração | | % dos Ganhos |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|
| Prestação de Serviços e outros | 3.336.618 | 100% |
| TOTAL DE GANHOS | 3.336.618 | 100% |
| | | |
| Gastos de Exploração | | % dos Gastos |
| TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS | 1.630.040 | 49,26% |
| TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM | 1.469.000 | 44,39% |
| TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS | 60.000 | 1,81% |
| TOTAL DE AMORTIZAÇÕES | 150.000 | 4,53% |
| TOTAL DE GASTOS | 3.309.040 | 100% |
| | | |
| Resultados Antes Impostos | 27.578 | - |

32

ORÇAMENTO 2023

Unidade: Euros

| Ganhos de Exploração | | % dos Ganhos |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|
| Prestação de Serviços | 3.500.000 | 100% |
| TOTAL DE GANHOS | 3.500.000 | 100% |
| | | |
| Gastos de Exploração | | % dos Gastos |
| TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS | 1.850.000 | 55,22% |
| TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM | 1.300.000 | 38,81% |
| TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS | 60.000 | 1,79% |
| TOTAL DE AMORTIZAÇÕES | 140.000 | 4,18% |
| TOTAL DE GASTOS | 3.350.000 | 100% |
| | | |
| Resultados Antes Impostos | 150.000 | - |

33

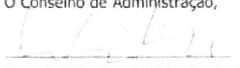
ORÇAMENTO 2024

Unidade: Euros

| Ganhos de Exploração | | % dos Ganhos |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|
| Prestação de Serviços | 3.600.000 | 100% |
| TOTAL DE GANHOS | 3.600.000 | 100% |
| | | |
| Gastos de Exploração | | % dos Gastos |
| TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS | 1.915.000 | 55,27% |
| TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM | 1.300.000 | 37,52% |
| TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS | 50.000 | 1,44% |
| TOTAL DE AMORTIZAÇÕES | 200.000 | 5,77% |
| TOTAL DE GASTOS | 3.465.000 | 100% |
| | | |
| Resultados Antes Impostos | 135.000 | - |

Oeiras, 29 de setembro de 2021

O Conselho de Administração,


Fernando do Nascimento Trigo – Presidente


Rui Manoel da Graça Coias – Administrador


João Pedro Brito da Silva – Administrador

34

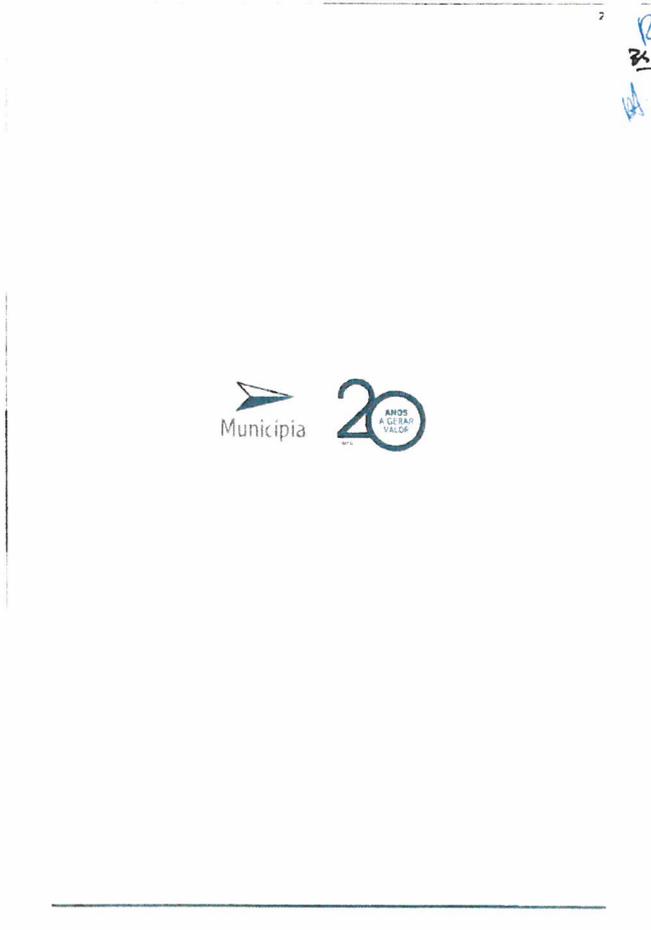


3

ÍNDICE

| | | |
|------|---|----|
| 1 | Órgãos Sociais | 4 |
| 2 | Relatório de Gestão..... | 6 |
| 2.1. | Mensagem do Diretor Geral..... | 7 |
| 2.2. | Atividade Desenvolvida..... | 9 |
| 2.3. | Certificações Técnicas e marcas registadas..... | 23 |
| 2.4. | Recursos Humanos | 25 |
| 2.5. | Evolução Económico-Financeira..... | 28 |
| 2.6. | Proposta de aplicação de resultados..... | 39 |
| 3 | Contas do exercício..... | 42 |
| 4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020..... | 51 |

Handwritten initials 'R' and 'R' in blue ink are visible in the right margin.



1 | Órgãos Sociais

| | |
|--|----------------|
| ASSEMBLEIA GERAL | |
| Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos | Presidente |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Fernando do Nascimento Trigo <small>Rep. CM de Gaf</small> | Presidente |
| Rui Manoel da Graça ColAS <small>Rep. CM de Gaf</small> | Administrador |
| João Pedro Brito da Silva <small>Rep. CM de Gaf</small> | Administrador |
| FISCAL ÚNICO | |
| Joaquim dos Santos Silva <small>Rep. Dir. & Associados, SROCC, Lda</small> | Membro Efetivo |
| | SROC nº 118 |

Handwritten initials 'R' and 'R' in blue ink are visible in the right margin.



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2021

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2021 revelou-se bastante positivo, voltando a Município a obter resultados líquidos positivos, mesmo num ano em que a pandemia ainda esteve presente.

Foi um ano em que as adjudicações a nível nacional subiram, materializando-se em projetos interessantes, quer a nível técnico, quer financeiro.

O principal destaque vai para o projeto de cadastro simplificado, com origem em concurso público internacional, a realizar para o Município de Coimbra, que se iniciou no final de 2021, já vai a bom ritmo e encontra-se em primeiro lugar a nível nacional, com o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPI - Balcão Único do Prédio.

A este, juntaram-se outras adjudicações de projetos a nível nacional, na área da Proteção Civil, Lidar, Publicação de Atlas, Harmonização de Bases de Dados, entre outras adjudicações nas áreas mais tradicionais da empresa, como a cartografia, a gestão de frotas e os sistemas de informação geográfica.

Foi também o ano em que lançámos produtos diferenciadores no mercado como o únicoPATHS, que como referido no ano transato foi alvo de uma candidatura de financiamento ao Turismo de Portugal.

Este projeto tem um carácter nacional, com particular relevância para as zonas do interior, capaz mesmo de minimizar as assimetrias do território, contribuindo para:

- Sustentabilidade Ambiental
- Sustentabilidade do Território
- Inclusão social "de Todos" e "para Todos".

Por fim, também os projetos mais recentes começam a libertar resultados, como é o exemplo da CONNECT®, que ao fim de 4 anos de existência, já é reconhecida como a maior Central de Compras dos municípios e onde estes podem adquirir de forma mais célere, mais económica e mais simples serviços e produtos, para o seu dia a dia, ao abrigo de Acordos Quadro.

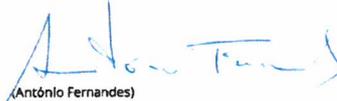
A diversificação de serviços e/ou valências da empresa, atestam não só a capacidade da Município, como a diferença dos seus concorrentes.

No presente exercício, foi possível alcançar um Resultado Antes de Imposto positivo de 58.328,28 euros.

Estamos certos, que o período pós-pandemia, permitirá à Município continuar a crescer, mantendo-se como uma referência nacional e internacional.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Diretor Geral,


(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

O ano de 2021 pautou-se por projetos interessantes e diferentes que permitiram um envolvimento dos técnicos da Direção noutras áreas de atividade. Nomeadamente, projetos Lidar com objetivos concretos para a elaboração de estudos através de modelos digitais de terreno e de superfície.



Estes trabalhos, com finalidades distintas, possibilitaram uma estreita e gratificante colaboração com as entidades envolvidas que enriqueceu as nossas capacidades bem como a dos nossos clientes.

Além destes projectos continuámos a nossa produção cartográfica em Base de Dados, encontrando-nos neste momento estabilizados e com os workflows atualizados dando continuidade a todos os projetos incluindo o acompanhamento da homologação dos projetos pela Direção Geral do Território.

Inovamos sempre com base em problemas concretos e encontrando soluções reais para o desenvolvimento de novas funcionalidades e rotinas que impactam a eficácia e eficiência na produção.

Desenvolveram-se projetos de cadastro disponibilizando os nossos serviços a diversos Municípios, oferecendo uma qualidade e eficiência ímpar nesta área de atividade. O projeto de Cadastro Simplificado do concelho de Coimbra está a ser apoiado por técnicos da Direção de Cartografia e Cadastro, encontrando-se em primeiro lugar a nível nacional com

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2021 a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se não só na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos transitados de 2019/2020, mas também de novos contratos que surgiram durante 2021. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelos constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 207.619 euros, ficando aquém do previsto no Plano de Atividades para 2021 onde se previa uma faturação de 401.752 euros.

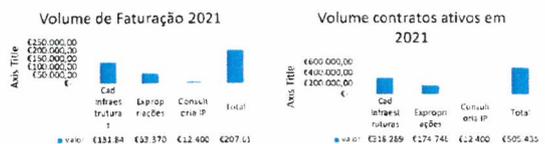


Ilustração 1 - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, eletricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para as Câmaras de Leiria e Loulé e a Administração do Porto de Leixões

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto de que as medidas restritivas de confinamento tiveram forte impacto nos contactos com proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos, como a diminuição de produtividade, tendo os projetos sido prolongados para 2022.

Também nos projetos de cadastro de infraestruturas, houve forte impacto no desenvolvimento dos mesmos face à falta de disponibilidade das entidades gestoras de Infraestruturas, bem como dos clientes ou de terceiros por estes indicados, motivada pelo confinamento. Não obstante estas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fosse desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras.

o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPI - Balcão Único do Prédio.

O contacto com os Palop's manteve-se, como tem sido apanágio dos últimos anos, com reuniões promissoras e resposta a concursos que ainda se encontram em análise.

Para 2022, pretende-se a continuidade de todos os projetos e serviços e continuar a dar uma resposta de qualidade, baseada em serviços adequados, às necessidades dos nossos clientes superando as suas expectativas e fornecendo o melhor produto/serviço.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para o ano de 2022 o fecho de projetos com um valor de faturação de 167.138 euros.

Das atividades desenvolvidas pela DEI, em 2021, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para os Municípios de Leiria e Loulé e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante complexos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município, como o cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também o cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes. Estes projetos permitiram posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar noutra perfil de clientes mais diversificados.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de Infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram com este segmento de negócio que a Município não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde a concorrência é muito mais vasta, com prática de margens muito baixas.

Atualmente, a Município está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinaridade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focadas na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização técnico das Infraestruturas. Mantemos o foco num cadastro multifuncional centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e ativos.

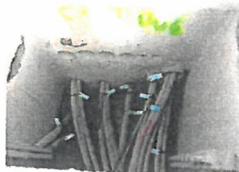


Figura 1



Figura 2

levantamento de precisão no interior de infraestruturas de drenagem



Figura 3 - equipamento de sondagem com CCTV incorporado para inspeção e deteção de infraestruturas

A abordagem técnica e metodológica da Município tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando ao longo dos seus trabalhos. Esta forma de abordagem ao problema, com a procura/adaptação das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários reais do terreno, permite que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, estruturada e de rápido acesso. Pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2021 ficaram marcadas, à semelhança do ano anterior, pela pandemia de COVID-19. Esta situação, sendo a Direção de Inteligência Espacial (DIE) responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um esforço de adaptação no sentido de, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocações à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estas atividades (projetos Internos) que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; em Help Desk às diversas divisões, em auditoria e manutenção da Infra-estrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no upgrade a todo o sistema ERP.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a conclusão da implementação da Plataforma CityHub em mais de uma dezena de clientes, a conclusão dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a implementação de serviços Open GIS Consortium.

Quanto aos projetos já adjudicados e que se prolongam para o ano de 2022, destacamos Atlas Municipal, Harmonização de Bases de Dados e um projeto de implementação da Plataforma de Proteção Civil.

Para o ano de 2022, perspetiva-se a implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes. Este novo conceito pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que durante este ano continuou a ser desenvolvido e melhorado, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos (Figura 1 e Figura 2).

Em 2022 a Município irá continuar a crescer e a otimizar a sua metodologia e abordagem aos problemas dos seus clientes colocando o seu know-how nas áreas de engenharia e no estudo de diagnóstico procurando sempre propor as melhores soluções para uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 20/30.



Figura 2 - CityHub.pt - Concluído

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN) assumiu em 2021 uma posição de foco e estabilidade ao nível das iniciativas que vinha a desenvolver nos anos anteriores, concretizando as ações de inovação iniciadas em 2020, consolidando a equipa na distribuição de produtos e serviços, e reforçando o envolvimento com as restantes unidades orgânicas da empresa em matéria de novas oportunidades de negócio.

Relativamente a inovação, a equipa focou-se no cumprimento escrupuloso dos tempos e requisitos do projeto uniquePATHS, um projeto ambicioso, num novo segmento, para um público alvo inteiramente novo, com um modelo de negócio disruptivo e com lançamento obrigatório no último trimestre do ano.

Mais do que uma plataforma, a uniquePATHS resultou num novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial. Suportado por uma APP, desenvolvida em exclusivo para o projeto, foi criado um marketplace onde se encontram residentes, população local, profundos conhecedores do território, com visitantes que procuram experiências únicas.

A uniquePATHS funciona hoje com uma ferramenta de geração de emprego no segmento do turismo que leva remuneração extra a pessoas com motivação para receber. Equipada com mecanismos de agendamento, pagamento e faturação, residentes que outrora viam o turismo como uma ameaça têm agora à sua disposição a possibilidade de partilhar o seu conhecimento, com visitantes interessados em unicidade, e auferir por isso.

A par da plataforma, foram criados frameworks de formação que permitem a municípios protocolados capacitar os seus munícipes e habilitá-los, para que se tornem pedíguas ou utilizem o conhecimento lecionado em práticas de turismo acessível.

E para que a uniquePATHS se expanda e evolua em todo o território, foram criados modelos nacionais e locais de comunicação, que se direcionam à seleção de pedíguas, à captação de visitantes e ao envolvimento das entidades locais.

Relativamente a distribuição de serviços e produtos, a equipa DNN consolidou a sua presença e voltou a crescer em matéria de colocação de serviços exclusivos de geolocalização de frotas nos seus clientes públicos. Câmaras Municipais, Bombeiros, Santas Casas de Misericórdia, ou Serviços Municipalizados, fizeram parte do leque de entidades que usufruíram em 2021, e vão continuar a usufruir, de um serviço que permite reduzir os custos com combustível e manutenções, aumentar a eficácia dos serviços e reduzir a pegada ecológica.

serão os pilares da nossa atuação. E a Direção de Novos Negócios estará na linha da frente para adequar as competências e a oferta Município ao que no território deve ser implementado, facilitando a missão das entidades públicas no seu desígnio de garantir que existem gerações futuras.

A sustentabilidade ambiental e financeira dos clientes Município é um dos pilares da sua atuação, e o crescimento, tanto em número de sistemas como em dispositivos de localização instalados, é um indicador que contribuiu para a concretização das responsabilidades assumidas para 2021.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT® é o exemplo cabal deste posicionamento em matéria de sustentabilidade. Em 2021 a CONNECT® cresceu em Acordos Quadro, em bens e em serviços colocados à disposição. Mais veículos movidos a energias limpas, mais equipamentos com elevadas performances energéticas, mais equipamentos conducentes à transição digital, mais serviços adaptados aos orçamentos disponíveis, foram colocados à disposição dos seus aderentes.

E as Entidades aderentes responderam positivamente, aumentando em número e em tipo, adquirindo mais via central, beneficiando de melhores preços, economias de escala, transparência e desburocratização.

A DNN focou-se na formação e colocação de uma equipa de distribuição junto dos clientes, permitindo esclarecer o serviço público prestado pela CONNECT®, suportar a aquisição de bens advindos de candidaturas a financiamentos e acertar a oferta disponível, numa ótica de ciclo construtivo de sustentabilidade financeira dos seus aderentes.

Relativamente ao envolvimento da DNN na criação de oportunidades de negócio conjuntamente com as restantes unidades orgânicas da empresa, o foco em 2021 residiu na entrega de soluções que permitissem aos clientes aumentar eficácia e eficiência nos serviços. E o cityhub.pt fez parte integrante dessa participação.

O cityhub.pt permite entregar o melhor serviço público aos munícipes, resolver os problemas reportados, dar acesso a mapas e informações para os empreendedores, gerir a execução dos Planos de Ordenamento do Território, agilizar a forma como os munícipes reportam ocorrências, usufruir de ferramentas mais ágeis para gestão de equipas e tirar partido da transformação digital para incrementar a qualidade do serviço público.

O cityhub.pt foi em 2021 uma das plataformas mais solicitadas e a DNN envolveu-se, para que, ao lado das equipas responsáveis pela implementação, fossem endereçadas da melhor forma as necessidades dos municípios e, fundamentalmente, dos munícipes.

Para 2022 o ênfase será dado no futuro e na responsabilidade da Município enquanto agente fundamental para que esse futuro exista. A sustentabilidade e a transição digital

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2021:

| PROPOSTAS | Nº | Nº | Δ% Nº | Em Valor | | Δ% Valor |
|---------------------------------|----------------|----------------|-----------------|------------|------------|----------|
| | Propostas 2020 | Propostas 2021 | Propostas 20-21 | 2020 | 2021 | 20-21 |
| Propostas adjudicadas | 83 | 153 | 84,3% | 1.119.816 | 1.710.719 | 52,8% |
| Propostas em aberto | 292 | 261 | -10,6% | 20.367.990 | 19.935.372 | -2,1% |
| Propostas recusadas | 42 | 18 | -57,1% | 371.650 | 264.729 | -28,8% |
| Total de Propostas Apresentadas | 417 | 432 | 3,6% | 21.859.456 | 21.910.819 | 0,2% |

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 432 propostas ao longo do ano de 2021, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 84,3%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 52,8% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2021 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES

| | Valor | Peso Relativo no Total da Faturação |
|--|---------|-------------------------------------|
| FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (BIOCARBONO) | 795.594 | 32,80% |
| MUNICÍPIO DE OBRALIS | 156.830 | 6,50% |
| MUNICÍPIO DE MONCHIQUE | 75.035 | 3,10% |
| MUNICÍPIO DE COMBA | 65.072 | 2,70% |
| MUNICÍPIO DE ALMOOVAR | 56.434 | 2,30% |
| LUBRIQUEL | 55.130 | 2,30% |
| GEODE | 43.407 | 1,80% |
| Município de Portimão | 43.219 | 1,80% |
| GeoDouro | 36.687 | 1,50% |
| Município de Loulé | 33.807 | 1,40% |

Unidade: Euro

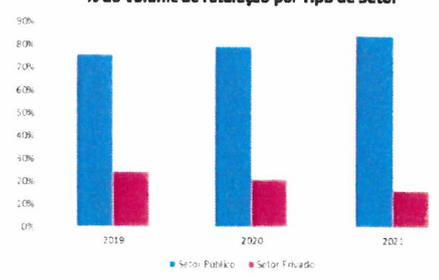
O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 84% da faturação, registando um aumento de 6% face ao ano anterior. O setor privado regista 16% da faturação, ou seja, menos 22% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

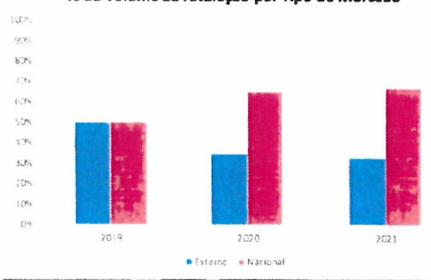
| FATURACÃO | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------|--------|--------|--------|
| Setor Público | 75,71% | 79,02% | 83,79% |
| Setor Privado | 24,29% | 20,98% | 16,21% |

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



| FATURACÃO MERCADO | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------|--------|--------|--------|
| Externo | 49,92% | 34,77% | 32,76% |
| Nacional | 50,08% | 65,23% | 67,24% |

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



Marcas Registradas

- 
Municipia®
 Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.
- 
CONNECT®
 Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.
- 
REDE NACIONAL
 Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.
- 
UNIQUEPATHS®
- 
GEOSTAT®
 Observatório Estatístico.
- 
Municipia ENERGY
 Empresa de Serviços Energéticos.

2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registradas

Certificações Técnicas

A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Municipia - Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:



- Alvará Nº1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorectificação;
- Alvará Nº1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

2.4. Recursos Humanos

No final de 2021 (31 de dezembro), a Município contava com 46 colaboradores ao serviço, o que representou um aumento de 35% face ao final do ano anterior (34). Este aumento justifica-se pelo número de adjudicações de projetos o que obrigou ao reforço substancial da equipa.

O absentismo situou-se nos 17%, ligeiramente superior ao verificado em 2020 (3%), derivado de um regresso parcial à normalidade. A principal causa de absentismo continuou a ser a "doença".

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a Município continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) das várias Direções da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna online.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 5% em linha com a necessidade de reforçar a equipa para os novos projetos em curso.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2019 e 2021, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

| Natureza | 2019 | 2020 | 2021 | Peso % no total | Var. 19-20 | Var. 20-21 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------|---------------|
| Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação | 907.948,85 | 885.857,65 | 950.450,87 | 77,63% | -2% | 7% |
| Horas extra | 1.527,96 | 85,68 | 171,36 | 0,01% | -94% | 100% |
| Senhas de Presença | 14.674,92 | 10.846,68 | 10.846,68 | 0,89% | -26% | 0% |
| Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho | 241.288,87 | 236.509,87 | 244.240,55 | 19,95% | -2% | 3% |
| Ajudas Custo | 155.185,64 | 24.694,44 | 12.410,42 | 1,01% | -84% | -50% |
| Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras | 15.230,65 | 12.721,14 | 6.172,66 | 0,50% | -16% | -51% |
| TOTAL | 1.335.856,89 | 1.170.715,46 | 1.224.292,54 | 100,00% | -12% | 5% |

Os gastos com remunerações sofreram um acréscimo de 7%, face à necessidade de reforçar a equipa para os projetos de cadastro.

A rubrica de horas extra representa apenas 0,01% do peso das remunerações e fica-se exclusivamente a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana.

As senhas de presença não sofreram alteração, igualando o valor do ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 3%, tendo em conta a contratação de pessoal já referida.

Assinala-se o decréscimo acentuado do valor suportado de ajudas de custo, tendo em consideração o fim dos projetos fora de Portugal.

Também na rubrica de formação, assistiu-se a um decréscimo do Investimento nesta área, já que muitas das formações passaram a ser on-line, o que originou um decréscimo nesta rubrica de custos.

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

| | 2019 | 2020 | Var. % (19-20) | 2021 | Var. % (20-21) |
|--|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Ganhos Operacionais | | | | | |
| Serviços Prestados (Volume de Negócios) | 4.339.529 | 1.702.183 | -61% | 2.577.874 | 51% |
| Subsídios à Exploração / Trabalhos para própria entidade | 88.423 | 151.774 | 72% | 179.847 | 18% |
| Reversões de Imparidades | 0 | 0 | 0% | 24.126 | 100% |
| Outros Rendimentos ou Ganhos | 152.744 | 158.650 | 4% | 444.165 | 180% |
| Total dos Ganhos Operacionais | 4.580.896 | 2.012.607 | -56% | 3.226.011 | 60% |
| Gastos Operacionais | | | | | |
| Fornec. e Serviços Externos | 2.452.621 | 1.255.506 | -49% | 1.569.732 | 25% |
| Gastos com Pessoal | 1.335.857 | 1.170.715 | -12% | 1.224.283 | 5% |
| Imparidade de dívidas a receber | 11.250 | 14.864 | 32% | 0 | -100% |
| Outros gastos e perdas | 111.580 | 57.253 | -49% | 82.298 | 44% |
| Gastos/reversões de depreciações / Provisões | 438.523 | 354.757 | -19% | 180.744 | -49% |
| Total dos Gastos Operacionais | 4.348.830 | 2.853.096 | -34% | 3.057.066 | 7% |
| Resultados Operacionais | 230.867 | -840.489 | -464% | 168.945 | 120% |
| Ganhos Financeiros | | | | | |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 704 | 264 | -62% | 6.736 | 2.449% |
| Gastos Financeiros | | | | | |
| Juros e gastos similares suportados | 136.419 | 624.996 | 358% | 117.353 | -81% |
| Resultados Financeiros | -135.715 | -624.732 | -360% | -110.617 | 82% |
| Resultados Antes de Imposto | 95.152 | -1.465.221 | -1.640% | 58.328 | 104% |
| Impostos | 198.799 | 130.897 | -34% | 22.446 | -83% |
| Resultado Líquido | -103.647 | -1.596.118 | -1.440% | 35.882 | 102% |

Unidade: Euros

Se analisarmos os **gastos operacionais**, começando pela rubrica de fornecimentos e serviços externos, verifica-se que subiu 26% fruto do incremento da atividade da sociedade, face ao ano anterior.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 5%, ficando esta variação a dever-se à contratação de 12 funcionários para permitir a execução atempada de projetos ganhos no final do ano de 2021.

No presente exercício, não se registaram **imparidades**, o mesmo quer dizer que o risco de incobrabilidade de serviços a clientes, não existiu.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um valor em linha com a média dos últimos 3 anos, valor que em termos absolutos representa 82.298 euros e que, no essencial, se fica a dever a correções de exercícios anteriores e a impostos indiretos.

As **amortizações e provisões**, registaram uma diminuição de 49%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados em anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões.

Os **Resultados Operacionais** registaram um incremento substancial, atingindo 168.945 euros, tendo contribuído para este desempenho, o incremento dos proveitos operacionais em 60%, enquanto os gastos operacionais subiram apenas 7%.

Os **Resultados Financeiros** foram melhores do que nos anos transatos, registando um valor negativo de 110.617 euros, ou seja, 6 vezes menos do que no ano anterior, tendo em conta que não se registaram diferenças cambiais desfavoráveis significativas.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram positivos, contribuindo para que os acionistas não tenham obrigações de reequilibrar os resultados. Refira-se que o ano passado foi atípico, como comprova os registos do RAI, desde 2014.

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|
| RAI* | 57.270 | 60.270 | 22.114 | 27.363 | 30.256 | 95.152 | 1.465.221 | 58.328 |

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, verifica-se que em 2021 foi de 35.882 euros positivos.

A Município, registou um incremento de 51%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador da recuperação verificada nas vendas e na execução de serviços, que no ano anterior foi fortemente condicionada pela pandemia.

Assistimos ao longo do ano a um incremento do número de adjudicações, que resultaram em projetos muito diversificados, o que só foi possível face ao know-how acumulado de mais de duas décadas.

Contudo, mantém-se o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do mais baixo preço, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade. Não o fazendo, estão a abrir portas às prestadoras de serviços, que não vão entregar os trabalhos completos ou que não vão cumprir os requisitos do caderno de encargos, acabando esses contratos em contencioso. Há empresas, neste setor, que não conseguindo por incapacidade cumprir os contratos, já investem mais em escritórios de advogados, do que no "core" da sua atividade.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 179.847 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os 3.226.011 euros, o que representa um incremento de 60% face ao ano de 2020. Esta melhoria, deve-se essencialmente, à variação positiva de 51% no volume de negócios e às diferenças de câmbio positivas, registadas em 2021.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um incremento de 25% face ao ano transato. Contudo, atendendo a que a prestação de serviços aumentou 51% face ao ano anterior, verifica-se que o aumento do volume dos serviços prestados, não se ficou a dever à subcontratação, mas sim a uma maior eficácia dos recursos internos.

INDICADORES DE ATIVIDADE

| ATIVIDADE | 2019 | 2020 | 2021 | Var 19-20 | Var 20-21 |
|------------------------------|-----------|------------|-----------|--------------|--------------|
| Volume de Negócios | 4.339.529 | 1.702.183 | 2.577.874 | -61% | 51% |
| Rentabilidade das Vendas | -2,39% | -9,77% | 1,39% | -3.826% | 101% |
| EBIT (Resultado Operacional) | 230.867 | -840.489 | 168.945 | -464% | 120% |
| Resultado Líquido | -103.647 | -1.596.118 | 35.882 | -1.440% | 102% |
| Cash Flow Líquido | 334.876 | -1.241.361 | 216.626 | -471% | 117% |

Unidade: Euro

INDICADORES DE GESTÃO

| GESTÃO | 2019 | 2020 | 2021 | Var 19-20 | Var 20-21 |
|--|---------|--------|--------|--------------|--------------|
| Volume de Negócios por Trabalhador - euros | 114.198 | 48.634 | 56.041 | -57% | 15% |
| Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias | 183 | 352 | 152 | -92% | 57% |
| Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias | 162 | 461 | 389 | -185% | 16% |

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) - sofreu um acréscimo de 15%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 46 (crescimento de 35% face ao ano transato) e o volume de negócios cresceu 51%. Cada funcionário gerou teoricamente 56.041 euros de volume de negócios.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) - o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 152 dias, tendo melhorado consideravelmente face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) - Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 389 dias, mesmo apesar do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que leva a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) - Verificou-se uma estabilização deste rácio, face ao ano anterior, tendo em conta que no ano transato foi registado no ativo de curto prazo os créditos sobre os acionistas, que não se verificaram em 2021, contudo registou-se um aumento dos créditos sobre os clientes, que compensaram parcialmente esse fluxo. No lado do passivo de curto prazo, verificou-se igualmente uma diminuição, derivado essencialmente da diminuição de financiamento na banca e de fornecedores, o que permitiu alcançar o rácio de liquidez geral no valor de 1,18.

| Tesouraria | 2019 | 2020 | 2021 | Var 19-20 | Var 20-21 |
|----------------|------|------|------|-----------|-----------|
| Liquidez Geral | 0,96 | 1,24 | 1,18 | 29% | -5% |

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

| Equilíbrio Financeiro | 2019 | 2020 | 2021 | Var 19-20 | Var 20-21 |
|-------------------------------------|--------|---------|--------|-----------|-----------|
| Autonomia Financeira | 51,60% | 44,40% | 46,20% | -14,0% | 4,1% |
| Solvabilidade | 1,20 | 0,87 | 0,89 | -27,5% | 2,3% |
| Rentabilidade dos Capitais Próprios | -3,23% | -50,45% | 1,10% | -1.461,3% | 102,2% |

Autonomia Financeira (CP/AT) - Há sinais de recuperação face ao ano anterior, assistindo-se a uma recuperação de 4%, face ao registado no ano transato. Esta recuperação, assenta essencialmente na correlação entre um incremento do Capital Próprio de 3%, enquanto o Total do Ativo diminuiu, face a 2020, cerca de 1%. A manter-se esta evolução, em anos futuros, a sociedade irá recuperando o seu grau de independência perante os financiadores.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) - Também no indicador da Solvabilidade se registou uma ligeira recuperação, face ao ano anterior, verificando-se um incremento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 2%. Para esta melhoria, contribuiu a manutenção do valor do passivo total, enquanto o capital próprio subiu 3%, como vimos no indicador anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) - A rentabilidade dos capitais próprios, passou a ser positiva em 2021, tendo em conta os resultados positivos alcançados pela sociedade. Apesar do valor modesto de 1%, revela uma recuperação substancial ao exercício anterior, que foi manifestamente atípico.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos positivos, aliás verifica-se uma cronologia muito positiva, se analisarmos os últimos 8 anos, em que somente em 2020, em plena época de pandemia, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade apenas num dos 8 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de manter os Investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter líder neste mercado. O nosso mercado de atuação é bastante vasto e flexível, atuando desde a fotografia aérea, desenvolvimento aplicacional, estudos, consultoria, serviços de geolocalização e georreferenciação, cadastro predial, cadastro de Infraestruturas e o desenvolvimento de serviços de Interesse público.

| LEGAIS | Lei 50/2012 | | | | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------|--------|--------|---------|-------|--------|--------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Regra de Equilíbrio de Contas | 17.271 | 4.270 | 22.154 | 27.883 | 159.256 | 61.51 | 465.22 | 16.014 |

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2021, **não resultará qualquer necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, mais uma vez, cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de 58.328 euros**.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2021, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refra-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvalázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

ACIONISTAS

| | Número de ações | Valor da particip. € | % da part. inicial | % da part. atual | Consolidação Financeira | | | |
|--------------------------------------|-----------------|----------------------|--------------------|------------------|-------------------------|-----------|---------|-----------|
| | | | | | 2006 a 2010 | 2013 | 2015 | 2020 |
| Mun. de Oeiras | 367.840 | 1.835.521,60 | 56,71% | 59,22% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Vila Nova de Gaia | 31.002 | 154.699,98 | 4,78% | 4,99% | 0,00 | 2.199,04 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Maia | 30.100 | 150.199,00 | 4,64% | 4,85% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. da Figueira da Foz | 15.000 | 74.850,00 | 2,31% | 2,41% | 33.315,76 | 28.602,22 | -585,76 | 35.384,01 |
| Mun. de Matos | 15.000 | 74.850,00 | 2,31% | 2,41% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Sesimbra | 15.000 | 74.850,00 | 2,31% | 2,41% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Viseu | 14.000 | 69.860,00 | 2,16% | 2,25% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.025,08 |
| Com. Intermun. da Lezíria do Tejo | 10.995 | 54.865,05 | 1,70% | 1,77% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. do Portimão | 5.010 | 24.999,90 | 0,77% | 0,81% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assoc. Mun. Reg. Autónoma Alentejo | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 9.613,97 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. de Análio | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. de Bragança | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. do Carregal do Sal | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Castelo Branco | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. da Covilhã | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. de Ílhavo | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. de Lagoa | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.794,67 |
| Mun. de Leiria | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.794,67 |
| Mun. de Loulé | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Monchique | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 11.105,25 | 9.534,07 | -198,59 | 11.794,67 |
| Mun. de Paços de Ferreira | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. da Sertã | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.794,67 |
| Mun. de Vale de Cambra | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| ACIONISTAS | Número de ações | Valor da particip. € | % da part. inicial | % da part. atual | Consolidação Financeira | | | |
|--------------------------------------|-----------------|----------------------|--------------------|------------------|-------------------------|----------|--------|----------|
| | | | | | 2008 a 2010 | 2013 | 2015 | 2020 |
| Mun. de Vila do Conde | 5.000 | 24.950,00 | 0,77% | 0,80% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Boticas | 1.998 | 9.970,02 | 0,31% | 0,32% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.713,15 |
| Assoc. de Mm. do Vale do Douro Norte | 1.202 | 5.997,98 | 0,19% | 0,19% | 2.669,70 | 2.291,99 | 47,74 | 2.835,44 |
| Mun. de Albergaria-a-Velha | 1.004 | 5.009,96 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.368,37 |
| Mun. de Ponte da Barca | 1.004 | 5.009,96 | 0,15% | 0,16% | 2.229,94 | 1.914,44 | 39,88 | 2.368,37 |
| Assoc. de Mm. do Douro Superior | 1.002 | 4.999,98 | 0,15% | 0,16% | 1.009,40 | 0,00 | 39,89 | 2.363,65 |
| Assoc. de Mun. PEFICA | 1.002 | 4.999,98 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 1.910,63 | -39,80 | 2.363,65 |
| Mun. de Fundão | 1.002 | 4.999,98 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Sintro | 1.002 | 4.999,98 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com. Intermun. Alentejo Central | 1.000 | 4.990,00 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de São João da Madeira | 1.000 | 4.990,00 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Aguiar Braya | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,58 |
| Mun. de Arganil | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Barcelos | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Cabeceiras de Basto | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Góti | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 2.218,84 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,58 |
| Mun. de Gouveia | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. da Guarda | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.356,58 |
| Mun. de Idanha-a-Nova | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.356,58 |
| Mun. de Lamego | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 2.218,84 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,58 |
| Mun. de Mangualde | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Mourão | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 2.218,84 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,58 |
| Mun. de Odivelas | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Oliveira do Hospital | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.356,58 |
| Mun. de Paredes | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Penacova | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Penamacor | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.356,58 |
| Mun. de Póvoa do Varzim | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Santa Marta Penaguião | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 2.218,84 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,57 |

ACIONISTAS

| ACIONISTAS | Número de ações | Valor da particip. € | % da part. inicial | % da part. atual | Consolidação Financeira | | | |
|-----------------------------|-----------------|----------------------|--------------------|------------------|-------------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | | | | | 2008 a 2010 | 2013 | 2015 | 2020 |
| Mun. de Santiago do Cacém | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.356,57 |
| Mun. de São Pedro do Sul | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 2.218,84 | 1.904,91 | -39,68 | 2.356,57 |
| Mun. de Sembradouro | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Sines | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Trofa | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Vieira do Minho | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mun. de Vila Nova de Poares | 999 | 4.985,01 | 0,15% | 0,16% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ações Próprias | 27.496 | 137.205,04 | 4,22% | N/A | 0,00 | 1.904,91 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 648.633 | 3.236.878,47 | 100% | 100% | 126.555,47 | 116.991,18 | -399,19 | 229.290,77 |

| Síntese | 2008 a 2010 | 2013 | 2015 | 2020 | Total |
|--------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| Valores Liquidados | 1.314.091 | 1.119.832 | -22.795 | 1.235.930 | 3.647.058 |
| Valores em Dívida | 126.555 | 116.991 | -2.391 | 229.291 | 470.446 |
| Total | 1.440.646 | 1.236.623 | -25.186 | 1.465.221 | 4.117.504 |

2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2021, no valor de 35.881,94 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (1.794,10 euros), transferindo-se o remanescente de 34.087,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas. Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Deiras, 23 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Tiro
 Fernando do Nascimento Tiro - Presidente

Rui Manoel da Graça Coias
 Rui Manoel da Graça Coias - Administrador

João Pedro Brito da Silva
 João Pedro Brito da Silva - Administrador



3 | Contas do exercício

- ▶ Balanço
- ▶ Demonstração de Resultados por Naturezas
- ▶ Demonstração de Resultados por Funções
- ▶ Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- ▶ Demonstração de Fluxos de Caixa

Handwritten initials 'RBR' in blue ink.

Entidade:
MUNICÍPIA.S.A.
BALANÇO

| RUBRICAS | NOTAS | Período findo em 31/12/2021 | |
|---|-------|-----------------------------|---------------------|
| | | Moedas expressas em Euros | |
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente: | | | |
| Ativos Fixos tangíveis | 1710 | 1.528.089,78 | 1.701.344,38 |
| Propriedades de Investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Goodwill | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Intangíveis | 610 | 831.792,80 | 154.295,08 |
| Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| Participações financeiras - método de equivalência patrimonial | | 0,00 | 0,00 |
| Outros investimentos financeiros (Participações financeiras - outros métodos) | | 0,00 | 0,00 |
| Outros investimentos financeiros (Acionistas/sócios) | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos financeiros | | 10.157,84 | 8.540,89 |
| Ativos por impostos diferidos | | 0,00 | 4.266,43 |
| | | 2.370.036,51 | 1.868.446,78 |
| Ativo corrente: | | | |
| Investimentos | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| Clientes | | 2.750.217,81 | 2.147.543,53 |
| Estado e outros entes públicos | | 439,72 | 9.843,38 |
| Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios) | | 0,00 | 0,00 |
| Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores) | | 60,00 | 100.517,51 |
| Outros créditos a receber (Outras contas a receber) | 16 | 1.947.245,65 | 2.943.444,80 |
| Diferimentos | | 80.461,13 | 55.732,18 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos não correntes detidos para venda | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 122.217,60 | 4.871,95 |
| | | 4.804.838,03 | 3.262.052,85 |
| Total do ativo | | 7.074.888,55 | 5.130.499,63 |

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Entidade:
MUNICÍPIA.S.A.
BALANÇO

| RUBRICAS | NOTAS | Período findo em 31/12/2021 | |
|--|-------|-----------------------------|----------------------|
| | | Moedas expressas em Euros | |
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio: | | | |
| Capital subscrito (Capital) | | 3.236.678,57 | 3.236.678,57 |
| Ações (quotas) próprias | | -284,98 | -284,98 |
| Outros instrumentos de capital próprio | | 1.465.221,29 | 1.465.221,29 |
| Prémios de emissão | | 0,00 | 0,00 |
| Reservas legais | | 52.440,80 | 52.440,80 |
| Outras reservas | | 0,00 | 0,00 |
| Resultados transitados | | 1.677.471,68 | 81.553,33 |
| Excedentes de reavaliação | | 0,00 | 0,00 |
| Ajustamentos em ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações no capital próprio | | 154.205,12 | 87.090,00 |
| Resultado líquido do período | | 35.881,84 | -1.594.118,31 |
| | | 0,00 | 0,00 |
| Total do capital próprio | | 3.268.490,95 | 3.263.499,90 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Provisões | 14 | 154.287,28 | 154.287,24 |
| Financiamentos obtidos | 9 | 451.050,95 | 90.860,94 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | | 0,00 | 0,00 |
| Passivos por impostos diferidos | 11 | 137.805,10 | 137.805,10 |
| Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar) | | 0,00 | 0,00 |
| | | 743.143,33 | 382.733,28 |
| Passivo corrente: | | | |
| Fornecedores | | 653.694,34 | 1.209.186,04 |
| Adiantamentos de clientes | | 0,00 | 0,00 |
| Estado e outros entes públicos | | 105.548,52 | 206.104,73 |
| Financiamentos obtidos | 17 | 717.306,89 | 1.036.006,16 |
| Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios) | | 0,00 | 0,00 |
| Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar) | 15 | 1.441.586,35 | 805.391,49 |
| Diferimentos | | 139.118,14 | 923.564,01 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| Outros passivos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Passivos não correntes detidos para venda | | 0,00 | 0,00 |
| | | 3.061.248,24 | 3.584.242,43 |
| Total do passivo | | 3.809.739,29 | 3.867.741,71 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 7.074.888,55 | 7.380.499,63 |

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Entidade: **MUNICÍPIA.S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Fim em: 31/12/2021
 Mês/mesmo exercício em: Este

| Rubricas | DADOS | |
|---|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| BENEFÍCIOS E GASTOS | | |
| Vendas e serviços prestados | 12 2.577.873,59 | 1.702.382,22 |
| Subsídios à exploração | 0,00 | 0,00 |
| Garhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0,00 | 0,00 |
| Variação nos Inventários da produção | 0,00 | 0,00 |
| Trabalhos para a própria entidade | 179.848,74 | 151.773,67 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 0,00 | 0,00 |
| Fornecimentos e serviços externos | -1.568.733,84 | -1.255.505,79 |
| Gastos com o pessoal | 5,3 -1.224.292,54 | -1.170.715,44 |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 0,00 | 0,00 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 11 24.123,79 | -14.884,17 |
| Provisões (aumentos/reduções) | 0,00 | -147.357,00 |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | 0,00 | 0,00 |
| Aumentos/reduções de justo valor | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos e ganhos | 644.164,76 | 158.150,00 |
| Outros gastos e perdas | -82.287,76 | -87.233,93 |
| Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos | 388.888,23 | -453.125,95 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 6,7/18 -180.743,77 | -207.346,44 |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | 0,00 | 0,00 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 188.044,46 | -660.472,39 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 6.736,23 | 264,31 |
| Juros e gastos similares suportados | 9 -117.343,79 | -234.886,31 |
| Resultado antes de impostos | 84.236,90 | -630.222,29 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 13 -22.446,34 | -130.297,04 |
| Resultado líquido do período | 61.790,56 | -760.519,33 |

Resultado das atividades decorrentes (liquido de impostos) incluído no resultado líquido do período: 0,00 0,00

| | | |
|---------------------------|------|-------|
| Resultado por ação básica | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | -2,44 |

Redo N
Redo N
Redo N

Entidade: **MUNICÍPIA.S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período Fim em: 31/12/2021
 Mês/mesmo exercício em: Este

| Rubricas | DADOS | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| RUBRICAS | | |
| Vendas e serviços prestados | 11 2.577.873,59 | 1.702.382,22 |
| Costo das vendas e dos serviços prestados | -2.681.161,84 | -2.239.402,73 |
| Resultado bruto | -103.288,25 | -537.020,51 |
| Outros rendimentos | 648.137,29 | 318.423,67 |
| Gastos de distribuição | -16.915,84 | -30.369,29 |
| Gastos administrativos | -276.711,63 | -279.386,61 |
| Gastos de investigação e desenvolvimento | 0,00 | 0,00 |
| Outros gastos | -82.287,76 | -87.233,93 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 188.044,46 | -660.472,39 |
| Gastos de financiamento (liquidos) | -117.343,79 | -234.886,31 |
| Resultados antes de impostos | 84.236,90 | -630.222,29 |
| Imposto sobre o rendimento do período | -22.446,34 | -130.297,04 |
| Resultado líquido do período | 61.790,56 | -760.519,33 |

Resultado das atividades decorrentes (liquido de impostos) incluído no resultado líquido do período: 0,00 0,00

| | | |
|--|------|------|
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |

Redo N
Redo N
Redo N

Entidade: **MUNICÍPIA.S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1

Período Fim em: 31/12/2021
 Mês/mesmo exercício em: Este

| Rubricas | DADOS | |
|--|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Capital Próprio | | |
| Capital Social | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Reserva Legal | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Reserva Estatutária | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Retenções | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Avaliação | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Resultados | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingências | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Impostos | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Depreciação e Amortização | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Provisões | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Dívidas a Receber | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Inventários | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Dívidas a Pagar | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Outros | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 |

Redo N
Redo N
Redo N

Entidade: **MUNICÍPIA.S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N

Período Fim em: 31/12/2021
 Mês/mesmo exercício em: Este

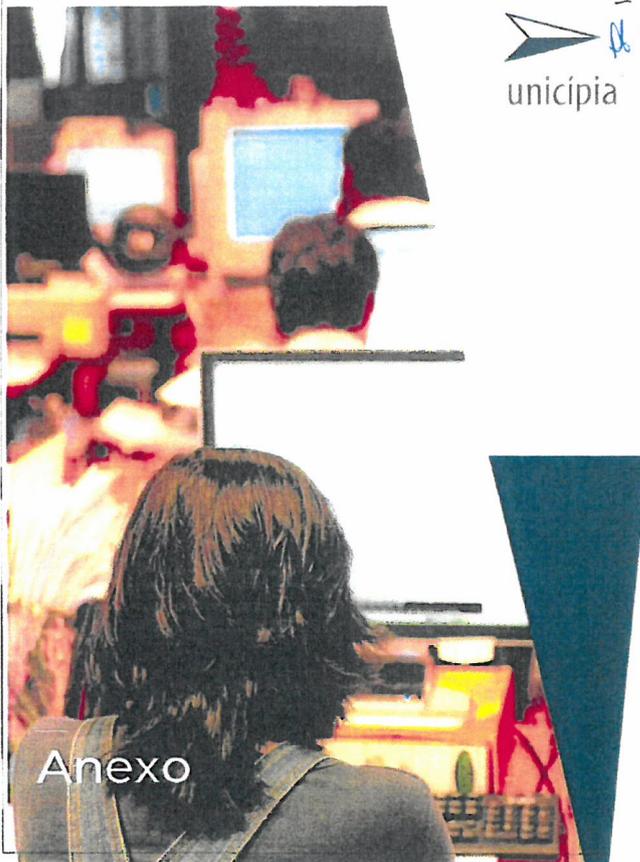
| Rubricas | DADOS | |
|--|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Capital Próprio | | |
| Capital Social | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Reserva Legal | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Reserva Estatutária | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Retenções | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Avaliação | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Resultados | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingências | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Impostos | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Depreciação e Amortização | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Provisões | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Dívidas a Receber | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Inventários | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Dívidas a Pagar | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Imparidade de Outros | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 |

Redo N
Redo N
Redo N

Período Fim em: 31/12/2021
Mostrando expressões em: Euros

| Rubricas | NOTAS | DADOS | |
|--|-------|---------------------|--------------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto | | | |
| Recebimentos de clientes | | 2.888.571,21 | 2.767.443,13 |
| Pagamentos a fornecedores | | -2.273.883,23 | -1.551.289,08 |
| Pagamentos ao pessoal | | -433.829,84 | 777.722,11 |
| Caixa gerado pelas operações | | -438.141,86 | 488.423,89 |
| Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento | | -38.955,21 | 31.851,02 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -376.420,84 | 541.874,75 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | -853.517,91 | -329.960,91 |
| Fluxos de caixa das atividades de Investimento | | | |
| Pagamentos resultantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -1.174,50 | -43.546,32 |
| Ativos Intangíveis | | -304.876,56 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos | | 0,00 | 0,00 |
| Recabimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 4.879,37 | 5.210,00 |
| Ativos Intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos | | 0,00 | 0,00 |
| Subsídios ao Investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 6.795,22 | 264,31 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de Investimento (2) | | -384.885,47 | -38.877,81 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recabimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 1.024.794,59 | 317.097,66 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 1.239.460,98 | 0,00 |
| Cobertura de prejuízos | | 0,00 | 0,00 |
| Doações | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos resultantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | -981.048,81 | -151.880,88 |
| Juros e gastos similares | | -59.012,33 | -16.505,40 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | 1.224.239,41 | 148.711,23 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 317.286,23 | -23.964,83 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 4.871,85 | 28.535,93 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 122.257,60 | 4.871,85 |

Handwritten signatures and notes:
 António Silva
 João Silva
 António Silva



Anexo

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2021

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Conceitual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- Os ativos Intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:
 Na conta 281 - Gastos diferidos, o valor de 80.661,13 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.
 Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 139.118,14 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.
 Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 374.368,13 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.
 Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 1.389.159,82 euros, essencialmente relativos a projetos provenientes de Moçambique, a remunerações e taxas de saneamento a liquidar;
 f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo;

h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

| Rubrica | Montante em euros |
|--|-------------------|
| Caixa | 567,43 |
| Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis | 121.690,17 |
| Aplicações de Tesouraria | 0,00 |
| Total | 122.257,60 |

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3 – Transações entre partes relacionadas

| Parte Relacionada | Natureza do Relacionamento | Valor das Transações | Saldos Pendentes a | Nota |
|----------------------------|----------------------------|----------------------|--------------------|----------------------------------|
| Câmara Municipal de Oeiras | Empresa-mãe | 156.830,00 | 18.425,40 | |
| Câmara Municipal de Oeiras | Empresa-mãe | 867.710,34 | 0,00 | Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012 |

Unidade: Euros

O valor mencionado refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras.

6 – Ativos Intangíveis

Nos Ativos Intangíveis registaram-se, no ano de 2021, dois investimentos, um na conversão do sistema de faturação em faturação eletrónica a clientes, no valor de 16.800 euros e outro no upgrade do sistema SAP para EHP8, no valor de 6.050 euros.

Registou-se o montante de 461.873,30 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

O projeto uniquePATH5 foi submetido ao Turismo de Portugal em 2020, onde nessa altura se estimavam custos relacionados com a implementação do projeto apenas com recurso à subcontratação. Contudo, estes projetos para serem bem sucedidos têm de incorporar recursos internos que permitam desenvolver procedimentos que garantam futuramente o bom funcionamento 24h/24h, todos os dias do ano, já que se trata na sua essência de um projeto on-line onde foi necessário reforçar competências que não estavam previstas no projeto inicial candidatado ao Turismo de Portugal, nomeadamente:

- Instalação do ambiente de testes;
- Instalação do ambiente de produção;
- Implementação dos certificados de segurança;
- Gestão de DNS;
- Criação de subdomínios para clientes específicos;
- Integração de pagamentos automáticos;
- Integração do sistema de faturação;
- Criação de URLs amigáveis para rotas específicas;
- Otimização de motores de busca;

- Testes funcionais;
- Testes de usabilidade;
- Testes de performance;
- Testes de aceitação.

| Ativos Intangíveis | Valores Bruto | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------|------------------|-------------|-----------------------|----------------|-------------|-------------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Alienações | Tr.p./ detid.p. venda | Reval. j.Valor | Abates | Saldo Final |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proj. desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de comp. | 722.151,53 | 22.850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 745.001,53 |
| Propriedade industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos Intangíveis | 722.151,53 | 22.850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 745.001,53 |
| Ativos Intang. Curso | 151.773,67 | 461.873,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 613.646,97 |
| Adiant.p/conta Ativo Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: euros

| Ativos Intangíveis | Amortizações | | | | |
|---------------------------------|-------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------------|
| | Saldo Inicial | Amortizações | Alienações | Abates | Saldo Final |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de computador | 719.630,12 | 7.225,58 | 0,00 | 0,00 | 726.855,70 |
| Propriedade industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos Intangíveis | 719.630,12 | 7.225,58 | 0,00 | 0,00 | 726.855,70 |
| Ativos Intangíveis em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Adiant.p/conta Ativo Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: euros

| Ativos Intangíveis | Imparidades | | | | | Valor Líquido |
|---------------------------------|---------------|--------------|-------------|-----------------------|-------------|------------------|
| | Saldo Inicial | Amortizações | Alienações | Tr.p./ detid.p. venda | Saldo Final | |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de computador | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.145,83 |
| Propriedade industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.145,83 |
| Ativos Intangíveis em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 613.646,97 |
| Adiant.p/conta Ativo Intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 1.175 euros, no ano de 2021, referente a equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, um GPS e uma viatura.

| Ativos Fixos Tangíveis | Valores Brutos | | | | | | | |
|---------------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-----------------------|----------------|-------------|-------------|---------------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Alienações | Tr.p./ detid.p. venda | Reval. j.Valor | Abates | Transf. | Saldo Final |
| Terrenos e recursos naturais | 389.467,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 389.467,39 |
| Edifícios e outras construções | 1.198.292,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.198.292,09 |
| Equipamento básico | 2.281.466,22 | 1.174,50 | -5.621,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.277.019,72 |
| Equipamento de transporte | 288.358,72 | 0,00 | -2.845,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 285.513,20 |
| Equipamento administrativo | 116.584,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.584,89 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 2.715,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.715,73 |
| Ativos fixos tangíveis | 4.276.885,04 | 1.174,50 | -8.466,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.269.593,02 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Adiant.p/conta Ativo tang. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: Euros

| Ativos Fixos Tangíveis | Amortizações | | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|------------------|----------------------|-------------|-------------|---------------------|
| | Saldo Inicial | Amortizações | Alienações | Tr.p/ detida.p venda | Abates | Transf. | Saldo Final |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 497.250,74 | 23.368,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 520.618,78 |
| Equipamento básico | 1.743.571,25 | 109.701,82 | -4.710,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.848.562,98 |
| Equipamento de transporte | 217.243,20 | 39.516,54 | -2.845,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 253.914,22 |
| Equipamento administrativo | 114.759,74 | 931,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115.691,53 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 2.715,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.715,73 |
| Ativos fixos tangíveis | 2.575.540,66 | 173.518,19 | -7.555,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.741.503,24 |
| Ativos fixos tang. em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Adiant. p/conta Ativo tang. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: Euros

| Ativos Fixos Tangíveis | Imparidades | | | | | | |
|--------------------------------|---------------|--------------|-------------|----------------------|----------------|-------------|---------------------|
| | Saldo Inicial | Amortizações | Alienações | Tr.p/ detida.p venda | At. Revaloriz. | Saldo Final | Valor Líquido |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 389.467,39 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 677.673,31 |
| Equipamento básico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 428.456,74 |
| Equipamento de transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.589,98 |
| Equipamento administrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 893,36 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos tangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.328.009,78 |
| Ativos fixos tang. em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Adiant. p/conta Ativo tang. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

10 - Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 180.743,77 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 - Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

| Descrição | Clientes |
|---------------------------------|-------------------|
| Saldo inicial a 01-01-2021 | 356.064,29 |
| Reversão | -24.125,79 |
| Utilizações | 0,00 |
| Imparidade do exercício | 0,00 |
| Saldo final a 31-12-2021 | 331.938,50 |

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 0 euros e reversões foram de 24.125,79 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 24.125,79 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados, ou seja, recuperou-se 24.125,79 euros.

12 - Rédito

No ano de 2021, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.577.874 euros.

Neste valor estão incluídos 278.617 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 137.608 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2021, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2021, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Município e o Turismo de Portugal para a execução do projeto ÚnicoPATHS - Pedigulias e Pedirrotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da

8 - Locações Financeiras

Locação financeira

| BEM | LOCADOR | INÍCIO PRAZO | FIM PRAZO | VALOR CONTRATADO | VALOR ACUMULADO LIQUIDADO | VALOR EM DÍVIDA |
|---------|------------|--------------|-----------|------------------|---------------------------|-----------------|
| Viatura | Novo Banco | 2020 | 2024 | 25.850,66 | 10.775,23 | 15.075,43 |

Unidade: euros

Valor de ativo registado

| BEM | VALOR DE AQUISIÇÃO | DEPRECIACÕES | VALOR ACUMULADO LÍQUIDO |
|---------|--------------------|--------------|-------------------------|
| Viatura | 25.850,66 | 11.309,66 | 14.541,00 |

Unidade: euros

9 - Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, utilizaram-se 603.000 euros em contas correntes caucionadas e 552.282,45 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

| Descrição | Montante |
|--------------------------------|-----------|
| Juros da aquisição da viatura | 138,05 |
| Juros de outros financiamentos | 58.874,30 |

Unidade: Euros

regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 613.647 euros e já foi reembolsada em 156.205 euros.

14 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 154.287,26 euros, em exercícios anteriores e no exercício corrente 0 euros, em virtude dos problemas cambiais, económicos e de outras naturezas (ciclones, desaceleração da economia e COVID-19), que existiram em anos anteriores e que não se prevê que possa vir a existir. Neste sentido e dada a volatilidade passada, a administração não vê necessidade de reforço, mas também por prudência, entende ser razoável neste momento manter as provisões anteriormente efetuadas.

| Provisões | Saldo Inicial | Provisões | Reversões | Saldo Final |
|---|---------------|-----------|-----------|-------------|
| Provisões | 154.287,26 | 0,00 | 0,00 | 154.287,26 |
| Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Garantias a clientes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Processos judiciais em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Acidentes de trabalho e doenças profis. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Matérias ambientais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratos onerosos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras provisões | 154.287,26 | 0,00 | 0,00 | 154.287,26 |

Unidade: euros

Nas páginas 36, 37 e 38 deste relatório encontram-se descritas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos adonistas.

Do valor faturado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), já se encontra regularizado cerca de 52%, sendo que existe um valor em dívida no montante de 1.946.970 euros. Os valores pagos foram liquidados em tranches e em periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, face à materialidade do saldo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data. A administração mantém ainda a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a sociedade pode levar para aquele território. Apesar disso, será sempre um território que requiere uma abordagem cuidadosa, face aos riscos presentes nestes territórios ao nível económico, de segurança, alterações políticas, entre outros.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

| Descrição | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal | 0,00 | 0,00 |
| Acionistas-Emp. Grupo-Outras | 1.710.107,21 | 470.446,23 |
| Projetos Realizados a Faturar | 314.121,70 | 278.617,26 |
| Devedores acrés. Rendimentos - outros | 134.240,61 | 95.750,87 |
| Club M | 28,00 | 12,00 |
| ANEC | 1.469,85 | 1.469,85 |
| Nível | 32.000,00 | 32.000,00 |
| FGCT | 0,74 | 0,00 |
| MZ outros devedores e credores | 781.880,05 | 1.098.592,30 |
| Outros devedores e credores | 1.050,00 | 1.810,40 |
| Tarefeiros | 546,74 | 546,74 |
| Perdas Imparidades acumuladas | -32.000,00 | -32.000,00 |
| Total | 2.943.444,90 | 1.947.245,65 |

Unidade: euros

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

| Descrição | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|-------------------|---------------------|
| Pessoal-Remunerações a Pagar | 1.283,26 | 1.283,26 |
| Pessoal-Adiantamento Pagamento | 55.045,36 | 50.987,59 |
| Remunerações a Liquidar | 141.657,29 | 173.151,67 |
| Taxa Saneamento IMI | 1.780,00 | 1.668,76 |
| Cartrack | 49.120,85 | 105.459,47 |
| Outros Acréscimos de Gastos | 545.289,24 | 1.108.879,92 |
| Sindicato | 153,89 | 151,22 |
| FGCT | 0,00 | 4,46 |
| O.Dev.Cred.Divul.-FI | 15.061,60 | 0,00 |
| Total | 809.391,49 | 1.441.586,35 |

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indicem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

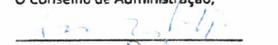
Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2021

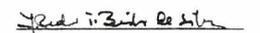
O Contabilista Certificado (n.º 61 236)


Pedro Nunes

O Conselho de Administração,


Fernando do Nascimento Trigo - Presidente


Rui Manoel da Graça Coias - Administrador


João Pedro Brito da Silva - Administrador

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2021 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2021 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aprovelis :

- O relatório de gestão e contas de 2021.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 04 de Março de 2022

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.
Representada por
João dos Santos Silva
João dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 7 074 888 euros e um total de capital próprio de 3 268 491 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 35 882 euros, a demonstração de resultados por naturezas, e demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais e posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Diz & associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
N.º 118 da Rua Oliveira Brito, Comércio N.º 201 101 011, Oeiras, 2510-147
NIF: 504 531 217 BIC: BFAEPT33
N.º 277 37 80 Rua 21 272 37 80, Gualdiniense, PT - www.diz.pt
Rua do Castelo, 24, 1.º Andar, 3500-061 Navegante, Coimbra
Tel: 017 275 373 - info@diz.pt
Rua da Liberdade, 165 - 1.º Andar - 1000-154 Lisboa Tel: 21 726 14 09 Fax: 21 726 30 53 info@diz.pt

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar

continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dado cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 04 de Março de 2022

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por
João dos Santos Silva
João dos Santos Silva,
ROC n.º 383



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

1. Atribuições da Entidade, Organograma e Identificação dos Responsáveis.

GUIA PORTUGAL



A **Município** nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG.

Hoje em dia as suas áreas de atuação são: Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Apresenta atualmente o seguinte organograma:



A Administração é composta pelo Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos. Existe um Diretor Geral e cinco direções, são elas: Direção

Município - Empresa de Cartografia e Informação Geográfica, Lda - S.A.

Taguspark 8 - 2740-120 Porto Salvo - Portugal - Tel. (351) 214 228 205

info@municiplia.pt

at. social - CAPITAL SOCIAL 3 236 678,62€ - Reserva Legal 1 000 000,00€ - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020



de Cartografia e Cadastro, Direção de Novos Negócios, Direção de Engenharia e Infraestruturas, Direção de Inteligência Espacial e Direção Administrativa e Financeira. Para além das direções já mencionadas existe ainda um Departamento da Qualidade.

Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

| Unidade Orgânica | Risco | | |
|---|---------|----------|----------|
| | Elevado | Moderado | Diminuto |
| Administração | | | x |
| Direção Geral | | x | |
| Direção de Cartografia e Cadastro | | x | |
| Direção de Novos Negócios | | x | |
| Direção de Engenharia e Infraestruturas | | x | |
| Direção de Inteligência Espacial | | x | |
| Direção Administrativa e Financeira | | x | |

Embora todos os processos de aquisição se processem no âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, poderão existir riscos a montante, ou seja na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

Todas as faturas de despesa, são alvo de verificação por mais do que um interveniente no processo de validação, são previamente autorizadas, em função do valor, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Administração.

2. Medidas Preventivas aos Riscos

Os riscos identificados, apresentam uma probabilidade moderada ou mesmo diminuta de ocorrerem ações de corrupção ou infrações, tendo em conta a materialidade das aquisições efetuadas, bem como à segregação de funções implementada, e sobretudo através do Procedimento de Compras PQ.DAF.002 (incluído no Sistema da Gestão da Qualidade). *Ver em anexo.*

O controlo Interno implementado, a pequena dimensão da empresa, a reduzida relevância das suas aquisições, bem como as constantes auditorias financeiras realizadas validadas pelo Revisor Oficial de Contas, as Auditorias ao Sistema de Gestão, bem como o acompanhamento efetuado por parte dos Acionistas, são o garante da monitorização contínua, efetuada às infrações que possam conduzir à corrupção.



3. Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e Eventual Correção das Medidas Propostas

No final de cada ano, tendo por base as oportunidades de melhoria apresentadas por todos os empregados da empresa, será realizado, caso se justifique, pelo Departamento de Qualidade um Relatório das Ocorrências que possam potenciar o risco de infração ou corrupção. Este Relatório apresentará medidas corretivas ou preventivas, a este plano em função da dinâmica da organização.

GHIA PORTUGAL



Oeiras, 07 de março de 2018

Fernando Trigo,
Presidente do Conselho de Administração,

NB: O presente documento foi realizado, tendo por base o Guião Disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, devidamente adaptado à dimensão, características e realidade da Município.

Procedimento de Qualidade

Compras

1 OBJETIVO

Definir os princípios e regras para as compras que possam afetar a qualidade do serviço a prestar aos Clientes, nomeadamente de consumíveis, equipamentos, equipamentos de monitorização e de medição e serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing, bem como definir o modo de seleccionar e avaliar os fornecedores.

2 WORKFLOW

